



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA
CURSO DE MESTRADO

BENEDITO LEITE DE SOUZA JÚNIOR

A CONSTRUÇÃO DO PÂNICO MORAL SOBRE A CHAMADA “IDEOLOGIA DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO” NOS SITES DE MOVIMENTOS CRISTÃOS (NEO) CONSERVADORES

CARUARU

2018

BENEDITO LEITE DE SOUZA JÚNIOR

A CONSTRUÇÃO DO PÂNICO MORAL SOBRE A CHAMADA “IDEOLOGIA DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO” NOS SITES DE MOVIMENTOS CRISTÃOS (NEO) CONSERVADORES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Gilson Sousa de Oliveira

CARUARU

2018

Catálogo na fonte:
Bibliotecária – Paula Silva - CRB/4 - 1223

S729c Souza Júnior, Benedito Leite de.
A construção do pânico moral sobre a chamada “ideologia de gênero na educação” nos sites de movimentos cristãos (neo)conservadores. / Benedito Leite de Souza Júnior. – 2018.
86f. ; il. : 30 cm.

Orientador: Gustavo Gilson Sousa de Oliveira.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea, 2018.
Inclui Referências.

1. Pânico. 2. Ideologia de gênero (Brasil). 3. Cristãos. 4. Conservantismo (Brasil). 5. Minorias sexuais (Brasil). 6. Educação (Brasil). I. Oliveira, Gustavo Gilson Sousa de (Orientador). II. Título.

CDD 370 (23. ed.)

UFPE (CAA 2018-288)

BENEDITO LEITE DE SOUZA JÚNIOR

A CONSTRUÇÃO DO PÂNICO MORAL SOBRE A CHAMADA “IDEOLOGIA DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO” NOS SITES DE MOVIMENTOS CRISTÃOS (NEO) CONSERVADORES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado em: 04/09/2018.

Prof^o. Dr. Gustavo Gilson S. de Oliveira (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE-PPGEduC)

Prof^a. Dr^a Anna Luiza A. R. M. de Oliveira (Examinadora interna)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE-PPGEduC)

Prof^a. Dr^a. Lilian Conceição da Silva (Examinadora externa)
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE-GEPERGES)

Dedico à minha mãe, mulher da espiritualidade e do silêncio, Alixandrina Mamede Leite. (In Memoriam)

AGRADECIMENTOS

Às Deusas e deuses, que graças a essas teorias das quais me aproximei, ampliei minha visão sobre todas elas e eles e pude assim desenvolver uma espiritualidade mais voltada às necessidades latentes das mulheres e homens de boa vontade, sem privilegiar esse ou aquele conjunto de produção hagiográfica. Saudação especial à Ancestralidade nas representações da Orixá Oxum, fonte inexaurível de beleza e fluidez amorosa.

Ao meu orientador, professor Gustavo Gilson Sousa de Oliveira, que me apresentou na complexidade das análises do discurso a fecundidade de uma leitura dialética mesmo quando o objeto dessas análises são discursos religiosos, sem desmerecer o âmago da mensagem religiosa que é atemporal e universal. Meu profundo respeito, reconhecimento e admiração por toda confiança, acompanhamento e ajuda a produzir o que aqui produzi, confiando-me ab eterno, suas palavras e exposições magistrais. À professora Anna Luiza Araújo Ramos Martins de Oliveira e à professora Lílian Conceição da Silva Pessoa de Lira, cujos olhares aguçados consagrados a este trabalho ressoaram semelhante a uma trombeta. Que se reverberou e gerou uma voz que diz pensando, dando-nos a pensar sobre as inúmeras perspectivas que este trabalho sugere.

A todas/os as/os que compõem o corpo docente e de funcionárias/os do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea do Centro Acadêmico do Agreste, pelo incentivo constante, especialmente nas pessoas das caras professoras Conceição Salles e Carla Aciolli pelo aprendizado e lições dignas de vida abundante.

À Évelyn Ferrari, travesti e ex-aluna que foi quem me deu, sem saber, os primeiros caminhos a seguir em minha pesquisa: mais uma vítima da transfobia na cidade de Caruaru que tem em seus anais tantos assassinatos de mulheres travestis e transexuais.

À minha família. Às amigas e amigos, espalhadas/os pelos vários estados e cidades no Brasil e em outros países: que tenho certeza vibraram comigo igualmente pela conclusão dessa etapa assaz importante para mim.

Ao meu companheiro André Luiz da Silva Lira, por tudo. Sem ele não haveria sóis no jardim de minha existência.

RESUMO

A presente pesquisa insere-se nas discussões concernentes aos múltiplos discursos veiculados em sites de entidades religiosas sobre a chamada ‘ideologia de gênero’ e como essas postagens constroem o pânico moral conduzindo a sociedade a reproduzir e reforçar atitudes de ódio contra os LGBT e como se inserem na educação e na vida social e política dos mesmos sujeitos aos quais a ela se destina problematizando a recepção destes discursos, especialmente no âmbito da educação, uma educação que sirva à realização dos indivíduos e lhes garanta exercício pleno de cidadania, tal como estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) 10.172/2001. Trabalharemos com a análise de sites católicos padrepauloricardo.org e cleofas.com.br, do Prof. Teólogo-leigo Felipe Aquino e os sites evangélicos pertencentes à Consciência Cristã e o da Visão Nacional para a Consciência Cristã. Problematizaremos alguns aspectos sobre a discussão e efetivação de um ensino mais humanizado e laico. Apresentaremos a perspectiva crítica dessa estratégia velada ou consensual para uma educação sexista, LGBTfóbica, machista e misógina que denunciemos e ao mesmo tempo inspira a pesquisa em questão. Lima (2015), Machado (2004), Oliveira, G. (2018), Oliveira, A. (2018), Junqueira (2017) e Louro (1997) são alguns dos autores que utilizamos para dialogar um pouco sobre tais temas propostos.

Palavras-chave: Pânico moral. Ideologia de gênero. Movimentos cristãos neoconservadores. LGBT. Educação.

ABSTRACT

The present research is part of the discussions concerning the multiple discourses on the websites of religious entities about the so-called 'gender ideology' and how these postings build the moral panic leading society to reproduce and reinforce hateful attitudes towards LGBT people and how in the education and social and political life of the subjects to which it is intended to problematize the reception of these discourses, especially in the field of education, an education that serves the realization of individuals and guarantees them full exercise of citizenship, as established by Law of Directives and Bases of National Education (LDBN) 10.172 / 2001. We will work with the analysis of Catholic sites padrepauloricardo.org and cleofas.com.br, of Prof. Theologian-layman Philip Aquino and the evangelical sites belonging to the Christian Conscience and the National Vision for Christian Conscience. We will discuss some aspects about the discussion and the realization of a more humanized and secular teaching. We will present the critical perspective of this veiled or consensual strategy for a sexist, LGBTphobic, sexist and misogynist education that we denounce and at the same time inspire the research in question. Lima (2015), Machado (2004), Oliveira, G. (2018), Oliveira, A. (2018), Junqueira (2017) and Louro (1997) are some of the authors we use to dialogue a little about such proposed topics.

Keywords: Moral panic. Gender ideology. Neoconservative christian movements. LGBT. Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Ideologia de gênero A	63
Figura 2 -	Ideologia de gênero B	64
Figura 3 -	Família heteronormativa	65
Figura 4 -	Noção de ideologia de gênero e pânico moral	66
Figura 5 -	Ideologia de gênero C	67
Figura 6 -	Ideologia de gênero D	67
Figura 7 -	Patologização da “ideologia de gênero”	68
Figura 8 -	Ideologia de gênero E	70
Figura 9 -	Ideologia de gênero F	72
Figura 10 -	Ideologia de gênero G	74
Figura 11 -	Ideologia de gênero H	75
Figura 12 -	Ideologia de gênero I	76
Figura 13-	Ideologia de gênero J	77

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	IDEOLOGIA DE GÊNERO, PÂNICO MORAL E POLÍTICAS SEXUAIS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	23
3	GÊNERO E (HOMOS)SEXUALIDADE NO CAMPO DISCURSIVO CRISTÃO	42
3.1	Gênero e Sexualidade no Pensamento Católico Tradicional	43
3.2	Gênero e Sexualidade no Pensamento Evangélico Tradicional	47
3.3	Gênero e Sexualidade na Teologia da Libertação	49
3.4	Gênero e Sexualidade nas Teologias Feministas	52
3.5	Gênero e Sexualidade na Teologia Queer e nas Igrejas Inclusivas	54
3.6	Gênero e Sexualidade nos Movimentos Neoconservadores Cristãos	55
4	IDEOLOGIA DE GÊNERO E PÂNICO MORAL NOS DISCURSOS DOS SITES CRISTÃOS (NEO)CONSERVADORES	58
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
	REFERÊNCIAS	81

1 INTRODUÇÃO

Afinal, o que jaz por trás dessa batalha, já que pânicos morais costumam chamar a atenção para uma suposta ameaça apenas como meio de se obter algo bem palpável. Em outros termos, *cui bono?* Quem se beneficia com a disseminação desse fantasma sobre supostas consequências negativas que adviriam da igualdade de gênero e da plena cidadania de homossexuais? (MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p. 470)

A presente dissertação insere-se nas discussões concernentes aos múltiplos discursos veiculados nos sites de entidades religiosas sobre a chamada ‘ideologia de gênero’ e discute como essas postagens ajudam a construir um pânico moral, conduzindo a sociedade a reproduzir e reforçar atitudes de ódio contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transexuais e transgêneros. Como se inserem na educação e na vida social e política dos sujeitos aos quais a ela se destina, contrapondo-se a uma proposta de educação que sirva à realização de todas as pessoas e lhes garanta exercício pleno de cidadania, tal como estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) 10.172/2001.

A sociedade contemporânea, com suas demandas sociais e seus desafios de estabelecimento de relações equânimes entre cidadãos e cidadãs, independente de questões relacionadas às diferenças que constituem um povo, vem cada vez mais provocando os setores acadêmicos no sentido de desenvolverem uma investigação desprovida de preconceitos. A desenvolverem estudos cuja finalidade seja atentar aos processos discursivos que atravessam determinadas visões e, assim, desmistificarem teorias que tendem a desprivilegiar e grupos sociais.

Será de extrema importância antes de iniciar esse estudo, dizer do percurso que foi por mim trilhado até esse ponto de minha jornada acadêmica e existencial. Nascido numa relativamente pequena cidade do sertão paraibano, numa família católica romana, praticante de seu credo religioso, fui inserido desde tenra idade nesse universo confessional, de vivência pastoral, de movimentos eclesiais: a princípio de matiz “tradicionalista”, depois mais pentecostais e, numa idade mais avançada, comecei a me sentir atraído pelos movimentos populares, de inserção no meio popular e que propiciavam leitura bíblica com outros vieses menos dogmatizados e, portanto, mais humanizados etc. Muito cedo ao adentrar na vida escolar, como aluno das Religiosas de São José (Josefinas), conheci a Cruzada Eucarística, segmento infantil do Apostolado da Oração, encetei uma vida de missão e comprometimento

de acordo com minha função de apóstolo no sodalício que me impunha responsabilidades e postura nada coerentes com minha idade. Amadureci à consciência missionária muito precocemente. Todo esse processo existencial, conduziu-me aos grupos vocacionais e graças às orientações espirituais de vários sacerdotes e religiosas e religiosos que fui conhecendo pelas várias Ordens e Congregações que fui me aproximando, comecei por acalentar o desejo de engendrar por uma vida consagrada. Interessante que desde sempre, chamou-me mais a atenção movimentos eclesiais com fulcro em postura e prática eclesial segundo o período medieval. Hoje entendo como se fosse uma fuga incessante de quem realmente eu era/sou (no tocante à sexualidade).

Ingressei na vida religiosa ainda muito jovem e iniciei uma formação monástica com um grupo conhecido como “lefebvistas”, “tradicionalistas” que faz parte de um grupo que se pôs à margem da comunhão católico-romana por não se submeter às decisões conciliares do Concílio Ecumênico Vaticano II e reclamar para si a permissão de salvaguardar uma. práxis medieval com todas aquelas sanções próprias do medievo, sua incapacidade de diálogo com a contemporaneidade e suas cosmovisões. Concomitante à evolução de meu status religioso, surgiam questionamentos internos sobre sexualidade, minha sexualidade, que me punham em confronto direto com minha visão sobre *d.Eus* e sobre a religião (católica) que até então era para mim, a única, a divina, a revelada em detrimento de todas as demais que as tinha por seitas. Depois de um longo período de formação de mais de uma década, e de iniciar estudos no campo da filosofia e da teologia, pude começar uma crítica, ainda no sentido de busca ontológica e, a posteriori, já na academia, e amparado pelas ciências humanas e sociais, pelos estudos pós-estruturalistas, pelo campo dos estudos de análise do discurso, entre outras teorias sobre sexualidade e gênero, no sentido de compreender os mecanismos de subjugação de dada(s) sexualidade(s) e, conseqüentemente, de hegemonia de outra(s).

Nesse intento, como pessoa LGBT, e professor, vendo como esses mecanismos se plasmassem e se reverberam no espaço da Escola, através das políticas curriculares, que geram práticas curriculares, fui sendo impelido a mergulhar num campo de estudos que pudessem me oferecer um antídoto a essa Educação desumana, formatada e padronizada que dispomos na maioria dos espaços formais de formação. E que influenciam diretamente à formação de um ethos que se vivencia nos espaços informais de formação e convivência humana.

Uma constatação importante na atualidade é que o ambiente virtual se tornou um dos ambientes mais utilizados pelas pessoas no mundo contemporâneo. Se uma falácia, um comentário fascista, eivado de preconceito, que sirva à aniquilação da dignidade de alguém, se prolifera com grande facilidade normalmente, o que não dizer quando isso ocorre nas redes

sociais e sites cujas tendências que os orientam desconsideram as mais básicas lições de empatia e de alteridade, que deveriam estar na base de quaisquer tipos de relações entre seres humanos? E, quando essas mensagens e textos, que por causa de uma visão religiosa, às vezes personalista, às vezes ligadas a um grupo conservador, às vezes à idealização de uma época (em geral Idade Média), se encontram em plataformas virtuais mantidas por instituições religiosas que confundem espiritualidade com ordenamentos morais, certamente o teor dessas doutrinas terá um impacto nefasto naquelas e/ou naqueles que se identificam com essas tradições religiosas, ficará mais difícil a educadoras e educadores desenvolverem uma docência para além dessas naturalizações e compreensões compulsórias.

Uma questão hodierna que preocupa muito a educadoras e educadores e à grande parte da sociedade, que desnorteia e tumultua as nossas relações, nos colocando em situação de confusão e perplexidade. É a tendência que se espalha com assustadora rapidez e intenção bem definida, nesses tempos de golpe, de implementar uma ampla retirada de direitos dos grupos tidos por minoria, mediante retrocessos que desconsideram estudos e pesquisas já realizados em nossas universidades e nas escolas onde há educadoras e educadores sensíveis à essa problemática. O aprofundamento desses conflitos pode tomar proporções ainda mais danosas. No Brasil, nesses tempos em que vivemos, se percebe uma perseguição religiosa a educadoras e educadores que se identificam com esses campos de análise, seja pela influência dos discursos disseminados pelas religiões cristãs, seja pela bancada evangélica e conservadora, seja pela mensagem veiculada nos sites dessas instituições que acabam fazendo o papel de ‘educadoras sociais’. Uma segunda constatação é que o movimento de combate à chamada “ideologia de gênero” coloca em cheque todo um conjunto de estudos desenvolvidos nas mais variadas áreas científicas, tentando reduzir-lhes a meras elucubrações, e buscam causar na sociedade em geral um pânico moral, que impede a possibilidade de uma aproximação equilibrada com essa temática e, conseqüentemente, inviabiliza o desenvolvimento de práticas educativas – ou mesmo religiosas – em que essas injustiças históricas sejam superadas pelo espírito de acolhida e confiança.

Recentemente, em São Paulo, enquanto defensores dos direitos LGBT e ativistas dos direitos das mulheres reivindicavam que é papel da escola discutir gênero e sexualidade, um grupo de fiéis protestavam portando rosários, crucifixos e faixas pintadas com expressões de repúdio a tudo que, segundo os mesmos fiéis, estaria relacionado com a chamada “ideologia de gênero”. Casos semelhantes se espalharam por diversas cidades brasileiras, inclusive no estado de Pernambuco, onde se observa pregadoras/es clérigas/os e/ou leigas/os usando de suas plataformas digitais para condenarem a dita “ideologia de gênero” e, ainda,

parlamentares que sob influência de suas igrejas e os defensores da chamada “família tradicional”, retiram dos documentos oficiais que regem as políticas educacionais e práticas docentes, termos ligados às noções de gênero e orientação sexual, bem como suprimem as referências à Diversidade Sexual, Orientação Sexual e Gênero.

É sabido que essa perseguição se acirrou entre os setores conservadores da sociedade e o congresso nacional, em relação aos conceitos relacionados às teorias de gênero e sexualidade, a partir de 2011, quando na ocasião havia o projeto Escola sem Homofobia, que planejava imprimir e distribuir materiais explicativos cuja destinação seria professoras e professores, sobre como lidar de maneira livre de discriminação e preconceito com estudantes LGBT. O que se viu foram Deputados ligados a instituições religiosas se armarem contra o projeto, ‘batizado’ com escárnio de “kit gay”. O saldo disso tudo foi a inviabilização das publicações e interdito total do material. Três anos depois, o Plano Nacional de Educação (PNE) apresenta uma edição que omite a discussão de gênero. Trechos importantes e emblemáticos como os do tipo “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção de igualdade racial, de gênero e de orientação sexual” traz uma versão com menos peso político, como “erradicação de todas as formas de discriminação”, deixando sem mencionar as especificidades desses atos de violências as quais passam os estudantes LGBT.

É justamente pela inquietação sobre essas questões acima descritas que nos propusemos a nos debruçar sobre um aspecto específico, mas, que consideramos bastante relevante, dessa realidade. Considerando que as religiões cristãs representam atualmente o principal polo de resistência às lutas por igualdade de gênero e pelos direitos das pessoas LGBT, nosso estudo busca analisar *a construção do pânico moral sobre a “ideologia de gênero na educação” nos sites de movimentos cristãos (neo)conservadores*. Tentaremos perceber, a partir da análise dos *sites* de alguns desses grupos, como tem sido a atuação dos movimentos cristãos neoconservadores nesses debates. Em uma pesquisa sobre o início da presença evangélica na internet brasileira, Oliveira (2001) afirmou que

O ciberespaço tem se constituído, principalmente, enquanto um espaço/linguagem de afirmação, negociação e redefinição da própria identidade evangélica, à parte de qualquer função ou essência atribuída à mesma pelo(s) discurso(s) moderno(s). Em contraponto à concepção explícita, meramente pragmática da Internet, como nova e importante ferramenta na disputa por fiéis, o que se observa nos *sites*, *homepages*, listas de discussão e nas repostas dos internautas evangélicos é que há uma necessidade primária de auto-tradução para o ciberespaço, como colonização de uma nova dimensão da realidade,

dimensão essa marcada pela pluralidade e pela negociação ininterrupta de sentidos. (OLIVEIRA, 2001, p. 109)

Na medida em que esses grupos religiosos se tornaram não somente fortemente presentes na internet, mas, também fortemente representativos na sociedade, o ciberespaço passou a ser também um espaço privilegiado de disputa pelos sentidos da própria realidade social brasileira com outros grupos sociais e políticos. O que se percebe é que para algumas pessoas religiosas, ou que se servem do discurso religioso, a forma como as escolas têm sido orientadas a abordar as questões de sexualidade e gênero contrariam o que a sociedade acredita como sendo o conceito primordial de família. O contraditório disso é que ao passo que se condena uma compreensão embasada de reflexões no campo teórico-metodológico e filosófico, e se reputa como ‘doutrinação’, sabemos que há por trás uma agenda proselitista e dogmática que vislumbra um modelo de escola bastante diferente daquele que tem sido buscado nas sociedades democráticas contemporâneas. Se é na escola onde se articulam diversas relações sociais e onde as questões de gênero estão muito latentes, mediante as performances e *scripts* de sexualidade e gênero atreladas aos indivíduos por questões culturais, sociais, religiosas etc., como retirar desse lugar a liberdade de diálogo e enfrentamento ao discurso de ódio gratuito às mulheres e pessoas LGBT?

É exatamente a partir da escola que se poderá ampliar os debates necessários sobre temas-tabus que, por influência de alguns discursos – sobretudo religiosos – que regulam e controlam a moral social e a práxis social, têm sido historicamente silenciados em nossa sociedade. Essas discussões poderiam dar lugar a reflexões e revisões de posturas, inclusive institucionais, perante determinados sujeitos que desde sempre foram invisibilizados. Sujeito que têm cada vez mais fortalecido suas reivindicações por equidade e reconhecimento.

As muitas formas de fazer-se mulher ou homem, as várias possibilidades de viver prazeres e desejos corporais são sempre sugeridas, anunciadas, promovidas socialmente (e hoje possivelmente de formas mais explícitas do que antes). Elas são também, renovadamente, reguladas, condenadas ou negadas. Na verdade, desde os anos sessenta, o debate sobre as identidades e as práticas sexuais e de gênero vem se tornando cada vez mais acalorado, especialmente provocado pelo movimento feminista, pelos movimentos de gays e de lésbicas e sustentado, também, por todos aqueles e aquelas que se sentem ameaçados por essas manifestações. Novas identidades sociais tornaram-se visíveis, provocando, em seu processo de afirmação e diferenciação, novas divisões sociais e o nascimento do que passou a ser conhecido como "política de identidades". (LOURO, 2000, p.4)

Antes de aprofundar essa discussão, será mister que estabeleçamos alguns pontos sobre alguns dos conceitos e categorias das quais iremos nos aproximar ao longo desse trabalho para responder, com mais clareza, as questões que foram suscitadas no processo investigativo. Assim como a outras que certamente surgirão ao longo do presente texto. Veremos os conceitos de moral, numa perspectiva clássica, de orientação sexual, identidade de gênero e, finalmente, o de pânico moral, numa perspectiva sociológica.

Por “moral”, de forma conceitual, sabemos da evolução etimológica do termo no grego, que apresenta acepções de sentido tais como: morada, habitat, toca de animais, estábulo; e outras mais interessantes ao nosso propósito que seriam utilizados na filosofia como: caráter, hábito, índole, natureza, costume. Dessas acepções do termo grego, terá ênfase o termo caráter. Já os romanos se apropriaram do termo, traduzindo-o por “mos” ou “mores”, cuja ênfase se deu ao sentido de costume, hábito. Surgindo uma noção que define o comportamento humano e os processos de regulamentação desses comportamentos.

Por “orientação sexual” deve-se entender como a “capacidade que cada pessoa tem de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas”.

Já a “identidade de gênero” consiste na “experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos”. (Princípios de Yogyakarta, documento internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero).

Tal como o conhecemos, o conceito de “pânico moral” é um conceito da Sociologia, cunhado por Stanley Cohen, em 1972, e tinha por objetivo definir a reação de um determinado grupo social à guisa da falsa percepção de que um dado comportamento de um grupo, geralmente um grupo minoritário ou uma “subcultura”, oferece perigo e representa uma grave ameaça à sociedade em geral. Esse conceito de “pânico moral” nos servirá como importante recurso teórico, necessário para o entendimento de como e por que alguns dos agentes de veiculação midiática, como também a própria polícia, muitas vezes disseminam o pavor público ou ainda o medo de uma determinada pessoa ou grupo de pessoas. Esse pânico moral provoca uma sensação que ultrapassa o campo da ameaça objetiva, gerando cegueira e desespero.

Houve grande popularização do conceito após Cohen resolver explicar as reações públicas ao desvario de um grupo de jovens intitulado “modernistas e roqueiros” em hotéis de luxo no litoral inglês, na cidade de Brighton, nos anos 60. Foi graças a essas formulações de Cohen que pôde-se compreender como essas reações agiam e influenciavam a elaboração e implementação das políticas sociais, sobre questões relacionados ao direito, bem como agiram na criminalização do grupo dos roqueiros e modernistas. Vale salientar que, desde sua origem, o conceito de “pânico moral” indica que campanhas difamatórias midiáticas são instrumentalizadas no intuito de produzir o medo, a estereotipia e a comoção social. Quer seja com base na raça, etnia, classe social ou em questões de sexualidade e gênero, mais contemporaneamente. O pânico moral é uma réplica pública a uma percepção exacerbada de ameaça que pode ser representada por alguns indivíduos ou grupos tidos como perniciosos ao projeto mesmo de uma sociedade hegemônica.

É justamente amparado por essa noção de pânico moral que tentarei discorrer sobre essa situação hodierna. Sobre alguns aspectos dessa onda difamatória e superficial que vem sendo produzida em relação a pontos que careciam maior atenção, como são os referentes à sexualidade humana e as teorias sobre gênero. Busco desenvolver esse debate a partir de uma discussão pós-estruturalista, tentando pensar como e por que se desenvolvem essas visões estereotipadas e esse ódio, que se prolifera juntamente com essa onda de retrocessos que estamos vivenciando no campo da garantia de direitos. Em especial, como essa veiculação midiática através de *sites* cristãos (neo)conservadores, age aqui no Brasil e no estado de Pernambuco, para consolidar visões deturpadas e fomentar uma visão acrítica e descontextualizada de fatos sociais, gerando um ambiente hostil às mulheres e pessoas LGBT.

É mais do que evidente que a noção de “ideologia de gênero” que vem sendo amplamente difundida pelos movimentos cristão (neo)conservadores no Brasil e na América Latina é uma falácia que tenciona a confundir o debate. Na grande maioria dos casos, essa noção é apresentada como nome de um suposto um projeto global de destruição da família, de doutrinação marxista de professoras esquerdistas, de insubordinação à Bíblia e, como tal, algo que só poderia ser visto como um anátema entre as pessoas religiosas. Como observa G. Oliveira (2009)

Os movimentos cristãos (neo)conservadores costumam identificar suas próprias raízes nas tradições pré ou proto-modernas do integrismo católico e da ortodoxia protestante dos séculos XVII a XIX. Apesar de seu apelo veemente às respectivas tradições, todavia, grande parte dos grupos conservadores atuais foi formada a partir dos anos 1980-90 e, mesmo dentre os mais antigos, a maioria dos que

permanecem ativos tem passado por um forte processo de renovação e reestruturação na última década. A combinação/tensão irônica entre a novidade e a vitalidade – inclusive tecnológica – desses movimentos e sua ênfase tradicionalista – muitas vezes anti-modernista – é uma de suas características centrais, perceptível na maioria de suas práticas e lógicas. Essa articulação somente se torna plausível, de fato, no contexto de crise e deslocamento das próprias lógicas dominantes na modernidade. Há uma tendência de dissociação e flutuação, nesse contexto, de significantes que costumavam anteriormente – inclusive nos discursos do conservadorismo “clássico” – aparecer como equivalentes ou fortemente associados como, por exemplo: a investigação científica e a incredulidade; o avanço tecnológico e o modernismo; a comunicação de massa e a tolerância pluralista. (OLIVEIRA, G. 2009, p. 344)

Dá ser absolutamente possível afirmar, como Miskolci (2006), que o conceito de ideologia de gênero que emerge nesses ambientes conservadores e religiosos evocam uma desqualificação, uma caricaturização e constrói um “pânico moral em relação aos discursos dos movimentos feministas e LGBT”

A mal chamada [...] “perspectiva” [...] de gênero, é, na verdade, uma ideologia. Provavelmente a ideologia mais radical da história, posto que – ao impor-se –, destruiria o ser humano em seu núcleo mais íntimo e, simultaneamente, acabaria com a sociedade. (SCALA, 2010, p. 7)

Assim o religioso Jorge Scala, associado à Opus Dei argentina, descortina diante de nós o discurso sobre a denominada ideologia de gênero, que grassa em meio aos ditos especialistas cristãos no assunto. Apresentada como “ferramenta de poder” em Scala (2010), a “ideologia de gênero” seria o nome de um projeto político-discursivo que teria alcançado amplas áreas da sociedade, que resultaria na produção e “imposição de uma nova antropologia”, que agiria como mecanismo para a alteração dos padrões morais e levariam a sociedade ao seu declínio. Assim, o que se propõe é uma verdadeira guerra contra a chamada ideologia de gênero, a começar na própria Europa, como indicam Kóvatz e Poim (2015)

Se, historicamente, os setores religiosos se opuseram ao avanço dos direitos sexuais e reprodutivos, o combate à “ideologia de gênero” é mais recente e, em diversos países europeus, se começa a alardear seus supostos perigos depois de 2008. (KÓVATZ; POIM, 2015,)

Uma vez que na atualidade a internet se constitui num célere mecanismo de proliferação rápida, barata e quase sem critérios, uma difusão desses discursos

consequentemente tem sido um forte suporte nesse processo de produção do referido pânico moral. O mesmo tem tomado dimensões surpreendentes, resultando na produção de um processo massivo de estigmatização, com pouca possibilidade de defesa e contestação em relação ao público alcançado por esses grupos. Como observa G. Oliveira (2009), em relação aos *sites* de grupos cristãos neoconservadores na internet, afirma

Dentre os diversos sites conservadores monitorados durante a pesquisa, é possível observar que alguns se destacam não somente pela qualidade técnica, gráfica e pela riqueza e eficiência na estruturação dos conteúdos, mas, também por representarem claramente um referencial para uma comunidade estável de frequentadores assíduos e identificados com os mesmos, o que é possível observar através de seus fóruns, notícias, blogs e ou comunidades em redes sociais. (OLIVEIRA, 2009, p. 345)

É bastante pertinente, nesse contexto, destacar que a origem da noção de “ideologia de gênero”, como vem sendo popularizada atualmente, encontra-se em debates e documentos da Igreja Católica. Uma referência mais específica pode ser um texto oficial do então Prefeito da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, o então cardeal Joseph Aloisius Ratzinger, que, em 1997, escrevia

Atualmente se considera a mulher como um ser oprimido; assim que a liberação da mulher serve de centro nuclear para qualquer atividade de liberação tanto político como antropológica com o objetivo de liberar o ser humano de sua biologia. Se distingue então o fenômeno biológico da sexualidade de suas formas históricas, às quais se denomina “gender”, mas a pretendida revolução contra as formas históricas da sexualidade culmina em uma revolução contra os pressupostos biológicos. Já não se admite que a “natureza” tenha algo a dizer, é melhor que o homem possa moldar-se ao seu gosto, tem que se libertar de qualquer pressuposto de seu ser: o ser humano tem que fazer a si mesmo segundo o que queira, apenas desse modo será “livre” e liberado. Tudo isso, no fundo, dissimula uma insurreição do homem contra os limites que leva consigo como ser biológico. Se opõe, em seu extremo último, a ser criatura. O ser humano tem que ser seu próprio criador, versão moderna de aquele “serei como deuses”: tem que ser como Deus. (RATZINGER, 1997, p. 142)

Dessa forma, graças a esse trabalho doutrinário do hoje emérito Papa Bento XVI, vemos o que viria mais tarde se constituir num dos pontos de apoio para que fosse encomendada uma “contraofensiva político-discursiva poderosa contra o feminismo e sua proposta de reconhecimento e avanço em matéria de direitos sexuais e reprodutivos”. Em seu texto, o Cardeal Ratzinger (1997) declarava guerra às pautas do movimento feminista e, certamente, foi uma reação direta à Conferência Mundial de Beijing.

O campo da educação no Brasil, e de modo particular em Pernambuco e em Caruaru, tem sido afetado substancialmente por esse pânico moral quando se vê e se ouve, nos meios de massa, sendo veiculadas campanhas encabeçadas por religiosos cristãos (neo)conservadores que servem para criar nas pessoas subservientes a esses credos religiosos um ódio ou pavor às militantes feministas e pessoas LGBT. Para tornar-lhes semelhantes aos males primordiais de toda desordem social, artífices e responsáveis por toda sorte de maldição a qual o mundo passa. Essas campanhas, consciente ou inconscientemente, legitimam os crimes de ódio, a violência contra mulheres, a LGBTfobia e fortalecem a percepção de que a morte de uma mulher de uma mulher “pecadora” ou de uma pessoa LGBT pode ser, antes de tudo, um ato de higienização social, potencialmente justificável pela própria Bíblia Sagrada.

A partir do debate inicial sobre essa problemática que tem atravessado fortemente o campo da educação. Tanto em relação às práticas docentes e ao cotidiano escolar quanto em relação às políticas de currículo, formação docente, produção de material didático e avaliação. Este trabalho busca discutir, a partir da pesquisa em sites (neo)conservadores católicos e evangélicos brasileiros, as seguintes questões:

- Como a noção de “ideologia de gênero” é apresentada nos sites dos movimentos neoconservadores cristãos na Internet?
- Até que ponto e como a noção de “ideologia de gênero” aparece nesses sites associada aos debates sobre educação?
- Quando começaram a surgir as primeiras postagens sobre “ideologia de gênero”?
- O sentido dessa noção tem mudado nessas postagens ao longo do tempo?
- Até que ponto e como categorias como família, crianças, Deus, moral, saúde, segurança e outras são articuladas nessas postagens?
- Quais as semelhanças e diferenças na forma em que os sites das diversas correntes conservadoras (católicas e evangélicas) articulam a noção de “ideologia de gênero”?
- É possível falar que os discursos desses sites têm contribuído para construir um pânico moral em torno das questões de gênero e sexualidade na educação brasileiras? Por que?

O **objetivo central** deste trabalho será, investigar como os sites dos movimentos cristãos (neo)conservadores têm contribuído para a construção e disseminação da noção de “ideologia de gênero” no Brasil, para a articulação dessa noção com os debates sobre a educação e as políticas educacionais de gênero e sexualidade no país e, ainda, para a possível

produção de um pânico moral em torno da chamada “ideologia de gênero na educação”. Os **objetivos específicos** são:

- a) Descrever como o conceito de ideologia de gênero é apresentado em sites de diferentes correntes cristãs (neo)conservadoras (católicas e evangélicas) na Internet;
- b) Identificar quais os principais significantes e sentidos (família, criança, Deus, moral, natureza, saúde, segurança e outros) frequentemente articulados nos debates sobre “ideologia de gênero na educação” nos discursos desses sites;
- c) Analisar até que ponto e como os discursos apresentados nos sites dos movimentos cristãos (neo)conservadores podem estar contribuindo para a disseminação de um pânico moral em torno dos debates sobre gênero e sexualidade na educação brasileira;

Para alcançar os objetivos propostos neste trabalho e discutir de forma produtiva as questões levantadas, mesmo que em caráter parcial e contingente, foi desenvolvida uma **estratégia metodológica** de pesquisa baseada em alguns aspectos da chamada “etnografia virtual” (FRAGOSO, RECUERO, AMARAL, 2013; HINE, 2015, 2005, 2000), em diálogo com alguns princípios característicos das pesquisas pós-estruturalistas em Educação (OLIVEIRA, OLIVEIRA, MESQUITA, 2013). Conforme afirmam Fragoso, Recuero e Amaral (2013)

A etnografia virtual deve ser compreendida em seu caráter qualitativo, em que a análise da internet pode ser observada em seus efeitos sob duas óticas: como cultura e como artefato cultural. A construção do campo se dá a partir da reflexividade e da subjetividade em vez de serem constitutivos da realidade social (Hine, 2009). Assim, a etnografia contribui para a compreensão do papel e da complexidade da comunicação mediada por computador e das TICs. [...] a etnografia se dá no/de e através do on-line e nunca está desvinculada do off-line, acontecendo através da imersão e engajamento intermitente do pesquisador com o próprio meio. A narrativa acontece a posteriori dos fatos, o que proporciona densas descrições [...]. (FRAGOSO, RECUERO, AMARAL, 2013, p. 173)

Em nosso caso, a análise dos sentidos e das formas de mobilização da noção de “ideologia de gênero” nos *sites* católicos e evangélicos (neo)conservadores brasileiros foi feita através visita sistemática a vários desses *sites* e da observação cuidadosa e detalhada da forma como alguns dos principais sites encontrados apresentavam e articulavam essa noção através de textos, recursos visuais, imagens e *links* com outros conteúdos. O delineamento da metodologia utilizada pode ser descrito, portanto, da seguinte forma:

- i) Através de indicações e pesquisas no Google sobre movimentos (neo)conservadores cristãos já conhecidos pelo pesquisador e/ou pelo orientador, foram identificados, sistematicamente visitados e acompanhados vários *sites*, páginas em redes sociais e fóruns de discussão relacionados a grupos (neo)conservadores católicos e evangélicos na internet brasileira;
- ii) A partir do acompanhamento exploratório desses diversos *sites*, foram então selecionados dois *sites* católicos e um evangélico que apresentavam uma abordagem mais sistemática mais típica da temática da “ideologia de gênero”;
- iii) Foi, assim, a partir das questões de pesquisa propostas, desenvolvida uma observação mais detalhada e uma análise mais aprofundada das estratégias de articulação da noção de “ideologia de gênero” nesses sites selecionados.

A presente dissertação se estrutura, a partir de então, em três capítulos, seguidos pelas considerações finais e referências bibliográficas.

O Capítulo 2, “Ideologia de gênero, pânico moral e políticas sexuais na educação brasileira”, ocupa-se de apresentar considerações sobre a chamada “ideologia de gênero” e como essa noção sempre distorcida e fortemente marcada por ranço de correntes cristãs neo conservadoras, surtam na população em geral, o pânico moral, inviabilizando com que políticas sexuais sejam impostas na educação brasileira, com a criação de movimentos cuja intenção é a priori, conseguir provar que a homossexualidade é doença e que assim sendo, adoece a sociedade e via utilização de alguns marcadores de significação relevantes como sendo Família, criança, Deus, moral, natureza, saúde, segurança, futuro, paz, justiça, natureza, etc., estabelecem uma ideia de sexualidade hegemônica sem problematizar os efeitos na educação escolar, fazendo-nos perceber que após um processo de infiltração de questões concernentes ao gênero e à sexualidade, discussões teóricas, demandadas própria realidade social e pela escola, adentramos em um campo de discussão bastante delicado, onde na atualidade das práticas educativas e dada a confusão desses tempos de políticas de retrocesso o qual vive nosso país, faz-se mister que surjam mais e mais desses estudos para que as práticas e os discursos contemporâneos, na escola, não estejam ainda servindo de aniquilamento das pessoas LGBT.

O Capítulo 3, “Gênero e (homos)sexualidade no campo discursivo cristão”, explicita o percurso de alteração de sentidos que reveste os conceitos de gênero e (homo)sexualidade no campo discursivo cristão, trazendo uma análise de como esses conceitos sofrem aproximação ou distanciamento a depender da corrente religiosa específica. Desse modo, o

capítulo trará a visão de gênero e sexualidade desde o pensamento católico tradicional, ao evangélico tradicional até visões de movimentos tidos por liberacionistas, como a teologia da libertação, as teologias feministas, a teologia queer, a visão das igrejas chamada inclusivas e por fim a visão dos movimentos (neo) conservadores cristãos, com grande protagonismo de leigos, no campo católico e/ou evangélico. Apresenta como se deu a escolha do campo investigativo, uma breve descrição do mesmo com os seus sujeitos de pesquisa, e os sites escolhidos para se analisar o conteúdo;

O **Capítulo 4, “Ideologia de gênero e pânico moral nos discursos dos sites cristãos (neo)conservadores”**, busca apresentar uma análise de como a noção de “ideologia de gênero” se apresenta nos discursos dos sites cristãos (neo)conservadores e de como essa apresentação articula-se a uma estratégia de construção de um pânico moral em torno desse debate. A capítulo discute as principais características dos sites analisados (origem, ligações institucionais, corrente político-teológica, características etc.), a construção da noção de “ideologia de gênero” nos sites neoconservadores, como a noção é apresentada em cada site, traz ainda uma perspectiva histórica quando discorre sobre o surgimento das primeiras postagens sobre “ideologia de gênero”, bem como sobre até que ponto o sentido dessa noção tem mudado ao longo do tempo. Traz ainda uma discussão acerca da noção de “ideologia de gênero” e os debates sobre educação, os principais significantes articulados nos debates sobre “ideologia de gênero”, que segundo nossa análise nos sites apareciam, como: Família, criança, Deus, moral, natureza, saúde, segurança, futuro, paz, justiça, natureza, entre outros. Expõe também as semelhanças e diferenças na forma em que os sites das diversas correntes conservadoras (católicas e evangélicas) articulam a noção de “ideologia de gênero”. Por fim, ocupa-se em discutir se é possível indicar que os discursos desses sites têm contribuído para construir um pânico moral em torno das questões de gênero e sexualidade na educação brasileira e por que?

As **Considerações finais** discutem sobre a possibilidade de uma educação que subverta os paradigmas sobre sexualidade hegemônica com vistas a um melhor acolhimento das pessoas LGBT. Cientes da provisoriedade que permeia todo e qualquer trabalho de pesquisa, deixamos aqui o que para nós parece justificar o desenvolvimento desse estudo e a experiência de sua escrita: seu caráter de incompletude, suas saídas para outros caminhos investigativos, a sensação para possíveis leitores, de considerarem não apenas a letra do presente trabalho, senão talvez, o que este oferece à reflexão e propositura de uma nova perspectiva pedagógica, mais humana e mais universal em se tratando das questões que envolvem pessoas LGBT e seu processo de ensino-aprendizagem.

2 IDEOLOGIA DE GÊNERO, PÂNICO MORAL E POLÍTICAS SEXUAIS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Este capítulo objetiva apresentar à luz das teorias acerca da estratégia de disseminação de pontos que negativizam e distorcem o conhecimento sobre gênero e sexualidade, gerando o pânico moral e o conseqüente fechamento para essas discussões, tudo em uma perspectiva religiosa-confessional e legitimada pelas instituições políticas. Alguns debates que consideramos pertinentes acerca dos enunciados relacionados com a noção da chamada “ideologia de gênero” e de como essa noção, sempre distorcida e fortemente marcada pelos preconceitos afirmados por correntes cristãs (neo)conservadoras surtem, na população em geral, o pânico moral, inviabilizando com que políticas sexuais mais justas e efetivas sejam propostas na educação brasileira. Essa tendência vem sendo reforçada pela criação de movimentos cuja intenção é a priori, difundir a percepção de que a homossexualidade é doença e que, assim sendo, adoece a sociedade. Para isso são fortemente mobilizados alguns marcadores de significação relevantes, como “família”, “criança”, “Deus”, “moral”, “natureza”, “saúde”, “segurança”, “futuro”, “paz”, “justiça”, “natureza” etc. Afirma-se, assim, um regime de sexualidade hegemônico, sem problematizar os efeitos desse regime na educação escolar. Após um processo de ampliação dos debates concernentes ao gênero e à sexualidade a partir de discussões teóricas e pesquisas empíricas demandadas pela própria realidade social e pela escola, adentramos em um momento bastante delicado no qual, dada a confusão desses tempos de políticas de retrocesso o qual vive nosso país, faz-se mister que surjam mais e mais desses estudos para que as práticas e os discursos contemporâneos, na escola, não estejam ainda servindo de aniquilamento das mulheres e pessoas LGBT.¹

Este capítulo problematiza, portanto, alguns aspectos sobre a discussão e efetivação de um ensino mais humanizado e laico. Apresenta a perspectiva crítica dessa estratégia velada ou consensual para uma educação sexista, LGBTfóbica, machista e misógina que condenamos e ao mesmo tempo inspira a pesquisa em questão. Lima (2015), Machado (2004), Oliveira, G. (2018), Oliveira, A. (2018), Junqueira (2017) e Louro (1997) são alguns dos autores que utilizamos para conversar um pouco sobre tais temas propostos.

¹ A sigla LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) passou a ser adotada pelos movimentos sociais de reivindicação de direitos e cidadania das minorias sexuais somente a partir da Primeira Conferência Nacional GLBT, em 2008. Isto assinala não somente as articulações políticas que tiveram curso no evento, mas também o caráter processual das identidades coletivas.

A expressão “ideologia de gênero” é uma invenção católica, que emergiu com os auspícios do Conselho Pontifício para a Família, entidade que faz parte da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, no meio da década de 1990 e no início dos anos 2000 e trata-se de “um sintagma urdido no âmbito da formulação de uma retórica reacionária antifeminista, sintonizada com o pensamento e o catecismo de Karol Wojtyła” (JUNQUEIRA). A base dessa discussão retórica é católica – a fortiori, neofundamentalista católica, contrária inclusive a disposições do Concílio Vaticano II e a mesma vem desde então fazendo oposição às sugestões teológico-pastorais que o Concílio Vaticano II deu aos seus prelados e clérigos.

Uma revisitada dos principais conceitos e debates do campo dos estudos sobre gênero, sexualidade e educação no Brasil, decerto serão indispensavelmente necessários para que nos situemos nesses disputados espaços sociais e adentremos à sintomática e problemática consequência da distorção daqueles conceitos e que certamente emergem como facilitadores de uma visão para além da que dialogue com as ciências humanas e sociais e assim propicie a todas/os nós uma mais humana e clara apreensão dessas questões relacionadas à subjetividade de pessoas LGBT, bem como a acessibilidade e acolhida de suas condições sexuais e expressões e identidade de gênero sem qualquer tipo de exotificação e abjeção.

Forçosamente percebemos que existe uma lógica de produção de diferenças e desigualdades sexuais, que articulada a outros “marcadores sociais”, como classe, etnia, raça e no nosso caso identificamos que há grande contribuição para essa produção de diferenças e desigualdades, um discurso religioso para uma abjeção de corpos LGBT.

Não podemos negar que um dos espaços onde essas tendências discursivas recairão com grande influência é o escolar nesse processo de “fabricação” desses sujeitos exotificados. No Brasil, graças às pesquisas realizadas no campo da educação realizadas por pesquisadoras/es como Louro, Oliveira, Junqueira, Lima e tantas/os outras/os podemos reavaliar as práticas rotineiras, cotidianas e comuns que perpassam nossa prática enquanto profissionais voltados à essa área da educação.

De acordo com Louro (1997, p. 26) “a tarefa mais urgente seria desconfiar do que é tornado “natural”, desta forma currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos e processos de avaliação são colocados em questão”. Assim, será pertinente ponderar a origem e a aplicação do verbete ideologia para que possamos lançar luz nos conceitos a seguir. Tal como sabemos, o termo tem origem nos estudos do francês Destutt de Tracy, quando no ano de 1801 define-o como um *estudo científico das ideias*, o que seria a fusão da interação entre meio ambiente, organismos vivos e a natureza. Marx

suscitará outra compreensão, considerando o conceito de ideologia pejorativo, e crítico pois apresenta questões que uma vez o atravessando o redefine e o desloca e elementos como raça, classe promovem ou não essas ideologias, assim sendo, ideologia para Marx é um processo hegemônico cuja força se impõe mediante disputas de poder.

Seguindo esse pensamento marxista, podemos dizer que sim, existe uma “ideologia de gênero”, dominante, mas certamente não é a ideologia de gênero que a maioria das correntes religiosas cristãs (neo)conservadoras pregam, sem o menor escrúpulo e empatia. A tentativa dessas correntes e tradições religiosas é sem dúvidas impor compulsoriamente o esmagamento das outras modalidades de sexualidades pela cisheteronormatividade, que tem todo o ranço de sociedades patriarcalistas e sexistas, imposição das classes dominantes e que por questões várias, inclusive religiosas, jamais foram contestadas, sob pena de incorrer na perseguição eclesiástica e, demais sanções sociais.

Especialmente nas últimas décadas no Brasil temos percebido uma onda cada vez mais crescente de disseminação de uma noção de ideologia de gênero que contesta as pautas da Diversidade Sexual e de Gênero que o movimento LGBT demanda a partir da problemática mesma adquirida por causa dessa propaganda negativa feita por pastores e padres e leigos fiéis a essas correntes religiosas. Essa contestação se expande por todas as áreas da sociedade, o que provoca uns e outros a criarem estratégias de elaboração discursiva que lhes ofereça instrumentalização para resistir e conduza ao empoderamento. O que temos é uma verdadeira batalha que trava nas plataformas as mais fortemente instituídas até às relações amistosas como rodas de amigas/os, tribos, grupos de afinidades religiosas, desportivas, sindicatos, mercado de trabalho etc. E, certamente que a batalha é sempre mais favorável às igrejas, já que dispõem de articulação, capital e na maioria elas detém uma maior unidade na forma como articulam esses discursos e os dissemina, enquanto que os LGBT é mais plural, menos articulado e sem unidade em sua parte interna do movimento.

Essas correntes religiosas constroem uma falsa crença sobre a noção de “ideologia de gênero” quando apontam para uma noção de doutrina, e essa palavra tem grande significação por justamente aludir ao dogma e à revelação bíblica. Segundo essa compreensão os LGBT estariam tentando subverter a Ordem Natural e Divina instituída pela Instituição que fala “ex ore” de Deus e, assim tendem à execração representando um perigo às representações sociais (sem atentar seu processo mesmo social de construção) hegemônicas. É apresentada como algo diabólico cuja implementação se destina à destruição da Família.

Se de um lado o conceito sofre grande distorção do outro temos o desinteresse de um grande número de cidadãos/cidadãs ligados a essas correntes religiosas, (e esse número é cada

vez mais crescente) que se reverbera num coletivo de ignorância que à guisa de um discurso de bom zelo pela conservação de modos e procedimentos moralizados pela conduta religiosa, tornam-se os algozes dos LGBT.

Uma outra objeção contida na noção de “ideologia de gênero” que se veicula através das Igrejas cristãs (neo) conservadoras é a que essa é indução do movimento feminista e que o tema mulher

Sublinha fortemente a sua submissão, procurando fomentar a contestação”, apresenta a mulher como antagônica ao homem, cuja rivalidade conduz os sexos um a assumir o espaço do outro, “introduzindo na antropologia uma confusão perniciosa, com reveses nefastos na estrutura da família. (LIMA, 2015, p. 1)

Ainda falando das origens do termo “ideologia de gênero”, devemos entender que ainda sendo a “ideologia de gênero” é uma invenção católica ou vaticana, não se deve afirmar que a mesma tenha se plasmou unicamente nos Dicasterios e Congregações Pontifícias ou a partir da influência de toda a catolicidade em toda a sua pluralidade no que concerne a visões pastorais, bíblicas e dogmáticas que engloba o universo católico.

Para além disso, para a construção do sintagma e da retórica antigênero, além dos dicasterios da Cúria Romana, foram mobilizadas figuras ultraconservadoras de conferências episcopais de diversos países, movimentos pró-vida, pró-família, associações de terapias reparativas (de “cura gay”) e *think tanks* de direita. Nesse processo, foi marcante a atuação de grupos religiosos radicais estadunidenses e de membros da Opus Dei e de outros movimentos eclesiais. A galáxia antigênero possui alguns nomes que se destacaram no processo de emergência do sintagma e dessa retórica, dentre os quais costumam ser lembrados: a jornalista e ensaísta norte-americana Dayle O’Leary, o monsenhor francês Tony Anatrella, a teóloga alemã Jutta Burgraff, a jornalista estadunidense Marguerite Peeters, a escritora alemã Gabriele Kuby, o cardeal guineense Robert Sarah e, claro, o alemão Joseph Ratzinger – cada um deles atuando de maneira influente em diferentes áreas do mundo. A América Latina deu contribuições importantes e, dentre tantos nomes, nunca poderemos nos esquecer do ultraconservador cardeal colombiano Alfonso Lopez Trujillo, que presidiu o Conselho Pontifício para a Família, de 1991 a 2008, exatamente nos períodos de construção e emergência do discurso antigênero. Outra figura importante e que também transitou pela América Latina foi o monsenhor Michel Schooyans, um jesuíta belga que, entre 1959 e 1969, viveu no Brasil, onde foi inclusive professor na PUC de São Paulo. Esse ferrenho anticomunista se destacou pelas críticas ao aborto e ao uso de contraceptivos. Em seu livro *L’Évangile face au désordre mondial*, de 1997 (a edição em português é de 2000), que conta com prefácio de Ratzinger, Schooyans dedicou amplo espaço à denúncia de um complô da “ideologia de gênero”: os organismos internacionais estariam à deriva do interesse de minorias sexuais subversivas, promotoras de uma cultura antifamília, do colonialismo sexual e

da ideologia da morte. Nesse livro se registra um dos primeiros (ou talvez o primeiro) registros do emprego do sintagma no sentido adotado pelas cruzadas antigênero. (JUNQUEIRA, 2018, p. 1)

A expressão “ideologia de gênero”, segundo Junqueira (2018) apareceu pela primeira vez em um documento eclesiástico em abril de 1998, em uma exortação da Conferência Episcopal do Peru, intitulada *La ideologia de género: sus peligros y alcances*, escrita pelo ultraconservador monsenhor Oscar Alzamora Revoredo, marianista, Bispo Auxiliar de Lima. Foi essa exortação que se transformou no documento, que veio a se tornar uma referência na construção do discurso antigênero vaticano, e sua escrita foi baseada em um artigo de O’Leary, grande articuladora dessa noção da chamada “ideologia de gênero”, Ligada à Opus Dei e principal representante do lobby católico *Family Research Council* e da *National Association for Research & Therapy of Homosexuality* (semelhante à cura gay), sabe-se que ela gozava de uma relação direta com o Vaticano, em especial com a pessoa do então Prefeito para a Sagrada Congregação da Fé, o então Cardeal Joseph Ratzinger. Sua obra *The Gender Agenda*, de 1997, que teve traduções em várias partes do mundo, se transforma em uma das bíblias do movimento antigênero.

A noção de “ideologia de gênero”, portanto, vêm à tona a partir da reunião do Colégio Episcopal da Igreja Católica Apostólica Romana na sua parcela latino-americana dentro da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe (Celam) no ano de 2007, sediada na Arquidiocese de Aparecida – SP. Reunião essa que resultou na publicação do conhecido “Documento de Aparecida”. O documento traz uma preocupação em relação às demandas de cidadania por LGBT, como vemos no trecho

Entre os pressupostos que enfraquecem e menosprezam a vida familiar, encontramos a ideologia de gênero, segundo a qual cada um pode escolher sua orientação sexual, sem levar em consideração as diferenças dadas pela natureza humana. Isso tem provocado modificações legais que ferem gravemente a dignidade do matrimônio, o respeito ao direito à vida e a identidade da família. (CELAM, 2007, p. 30)

Nos dias atuais essa ofensiva se encontra presente em mais de 50 países, ainda que sob uma grande diversidade de contextos e atores, percebemos que possui elementos políticos e estratégias em comum ou ainda bastante semelhantes, nos fazendo desconfiar do grande poder de articulação existente entre as principais linhas teóricas.

Um outro aspecto que encontramos no bojo desse discurso antigênero é uma certa desconfissionalização desse discurso e pode ser encarado como mais uma tática adotada para

gerar maior confusão em quem o recebe já que não se pode atribuí-lo a nenhuma denominação em específico e, dessa forma se universaliza e constitui um desafio ético contemporâneo semelhante a outras ofensivas que tomam proporções universais.

Assim evita que possa ser interpretado como uma resposta religiosa de cunho tradicionalista, conservador e reacionário, o que se comprova na constante evocação que se faz às “ciências”, em especial à Biologia, Psicologia ou Psicanálise, porém sempre de forma temerária e seletiva, para assim atribuir à noção de “ideologia de gênero” que esses grupos religiosos defendem, bases científicas e que há evidente paradoxo e fragilidade na falaciosa, diabólica “ideologia” e que não se pode tratar acerca da “teoria” do gênero, uma vez que não possui base científica.

Essa desconfessionalização segundo Junqueira (2015) apud Romain Carnac favorece com que outros grupos que não se afirmam abertamente como religiosos, grupos políticos e gestores e muitos outros, possam se agregar à defesa da ordem natural, da “Família Tradicional”, para assim agirem guiados, pretensamente, por princípios legais, técnicos, em favor do bem comum, hostilizando a “teoria/ideologia do gênero”. Embora por baixo saibamos que o ranço da formação religiosa desses atores continua a ditar as regras para o enfrentamento daquelas/daqueles que pensem distintamente de seus posicionamentos.

Em todo caso, quando se constrói o impasse entre as questões de gênero e sexualidade como ameaça ao futuro e manutenção da ordem natural, as alas mais reacionárias das Igrejas Católica e Evangélica, seus representantes mais ferrenhos e demais grupos que englobam esse discurso apologético, temos a impressão de que, de fato, eles estabeleceram uma rede de articulação na qual poderão de maneira muito eficaz afirmar e disseminar sua visão distorcida, temerária, levando-os a recuperar espaços políticos disputados a tempo. Essa articulação ainda serve como atração a mais outros tipos de apoio que tudo isso associado à promoção do pânico moral, a base religiosa do movimento anti-discussão de gênero se torna quase incapaz de ser notada.

Como um breve panorama histórico das políticas de gênero e sexualidade da educação no Brasil é imprescindível comprovarmos que ao longo dos 24 anos em que vem atuando o Núcleo de Estudos de Gênero, Cadernos Pagu tem publicado a partir de dossiês especiais, balanços sobre a produção de gênero e sexualidade no Brasil a partir de diferentes temáticas, as quais apresentam cada vez mais a existência de novas demandas ligadas à essas transformações sociais e políticas contemporâneas.

Abordando as discussões suscitadas durante a 28ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia (ABA/2012), dentro das discussões propostas pelo Comitê Gênero e

Sexualidade da ABA, emerge em 2014 o dossiê “Antropologia, gênero e sexualidade no Brasil: balanços e perspectivas” (PISCITELLI, 2014) cujo texto manifesta enfaticamente o interesse em desenvolver pesquisas as quais avaliem as produções e se elas atinam à compreensão dos deslocamentos que as novas tendências presentes no saber antropológico no campo de gênero e sexualidade, tendo em vista essas questões fazerem parte de uma emergente demanda teórica a partir dos anos 2000. O texto propicia o entendimento de que é necessário haver uma articulação entre saber antropológico e movimentos sociais, dando ênfase na articulação com os feminismos e os movimentos LGBT, incentivando produções e elaboração de uma reflexão original, visto as demandas serem quase incessantes nesse campo tão crítico e passível de análise intermitentes.

Vejamos que “o movimento homossexual surgiu, no Brasil, no final dos anos 1970, colocando em cena a busca por reconhecimento político de gays e lésbicas no contexto da ditadura militar” (FACCHINI, 2005). Foi essa fissura no CISTema que gerou esse espaço pelo qual LGBT encontram a possibilidade para se organizarem e discutirem questões hegemônicas sobre sexualidade, as questões sobre patologização de sexualidade, criminalização da homofobia, legalização do casamento gay, a inserção de uma educação sexual nas escolas e o protagonismo de pessoas soro positivas.

As diferenças nas demandas, como a questão da invisibilidade lésbica dentro do movimento, e do reconhecimento das identidades travestis e transexuais surtiram na segmentação deste movimento, que é historicamente marcado pelo protagonismo dos gays. As disputas identitárias endógenas se intensificaram nos anos 1990, e o surgimento da sigla LGBT ocorre na tentativa de contemplar a diferença destes sujeitos. (FACCHINI, 2005, p. 2)

Em “As várias faces do Cuidado” (HIRATA; DEBERT, 2016) e “Repensando gênero e feminismos” (PISCITELLI; BELELI, 2016), que são outros dossiês que surgem dentro do Núcleo de Estudos de Gênero, Cadernos Pagu, ambos publicados fazendo uma panorâmica contemporânea da noção de cuidado e abordando reflexões que se produzem no âmbito do Seminário Internacional, na Unicamp no ano de 2014 onde se buscava investigar as estratégias no interior dos feminismos brasileiros e empreender discussões sobre o trabalho sexual das mulheres. Esse dossiê aponta para uma realidade crucial da atuação da mulher, bem como o uso de seu corpo, como sujeito de sua história. Direcionando à uma reflexão sobre políticas sexuais, violências, vida íntima e erotismos, como descritos nas seções “Prazer e perigo” e “Intersecção de diferenças nas mídias contemporâneas”. Podemos em adição encontrar nessas publicações, narrativas dos avanços e desafios não superados nas

discussões sobre gênero, ciência e tecnologia, no Brasil e no exterior, enfatizando as tensões existentes entre trabalho produtivo e reprodutivo realizado pelas mulheres, traz “percepções sobre Família, Estado e Mercado no processo de desconstrução das identidades de gênero”.

É necessário que as reflexões produzidas por estudos que consideram as questões de gênero e sexualidade como parte central promovam uma nova maneira de pensar e ver essas articulações e modalizações dessas transformações sociais e que se perceba não apenas de maneira local e pontual dadas reflexões, mas que dialogue com outras perspectivas sociais de forma universal.

Como amostra da complexidade e amplitude teórica, trazemos a seguir um vídeo no qual o professor Sérgio Carrara², faz uma análise de como essas questões acerca de gênero e sexualidade no âmbito acadêmico, ligadas às mais variadas frentes de ativismo, podem influenciar para a transformação de temas que antes eram tidos por marginais nas ciências sociais e posteriormente passaram a posições centrais, chegando ao ponto de promover a desnaturalização de conceitos e ainda demonstra o quanto essa reflexão tem mexido na linha retórica de alguns movimentos e correntes conservadoras, em especial desestabilizado quem dissemina a noção equivocada acerca de “ideologia de gênero”.

Na pós-modernidade, as releituras incessantes na academia de estudiosas(os), as análises das práticas cotidianas, bem como são encaradas as minorias identitárias ao longo de toda a História Social provocaram pertinentes debates sobre temas-tabus, que por influência de alguns discursos que regulam e controlam a moral social, a práxis social, sob influência, velada ou latente, de uma postura castratória da Igreja ou de frentes que exercem o poder, tem possibilitado um feito positivo e mobilizado setores os mais variados nessa sociedade mais crítica, mais aberta aos diálogos que algumas de outrora; mais inquieta diante de algumas proposições e teorias plasmadas ao longo de um grande processo histórico. Essas leituras deram lugar a reflexões e revisões de posturas institucionais perante determinados sujeitos, que desde sempre foram invisibilizados e, de certa forma, legitimaram suas reivindicações por equidade e reconhecimento.

O fato desses sujeitos terem obtido dado reconhecimento de sua diferença, de sua posição específica em meio a um formato ideológico e a um aparelhamento político regulador, forçosamente conduziu a Educação à necessidade de gerir um plano pedagógico no qual essas subjetividades fossem consideradas e quiçá, estimuladas, mesmo num ambiente

² Antropólogo, do Instituto de Medicina Social (IMS) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), que integra o Centro Latino-Americano de Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM), e coordena o Comitê Gênero e Sexualidade da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Ver a entrevista de Carrara no Youtube: <https://youtu.be/e-dO5vYFJIY>.

cuja tendência é a tentativa de uniformização dos sujeitos, onde o padrão eurocêntrico de ser e agir é o hegemônico, isto é, o ser hétero, branco, cristão, e cristão-católico romano, e, que de preferência resida nos centros europeus. Neste sentido, tudo isso contribui para que esse sujeito possa corresponder ou não às expectativas de um dado discurso que perpassa o processo de ensino e aprendizagem.

Toda essa abertura da sociedade em relação às demandas desses sujeitos representaram um clamor de um setor que sempre se viu à margem de um perfil ideal à religião, ao comércio e às mais simples situações sociais, visto serem postos como minorias identitárias, os exóticos, os estranhos, os *de fora*. Estes grupos sociais demandaram, historicamente, visibilidade e reconhecimento de suas identidades.

As muitas formas de fazer-se mulher ou homem, as várias possibilidades de viver prazeres e desejos corporais são sempre sugeridas, anunciadas, promovidas socialmente (e hoje possivelmente de formas mais explícitas do que antes). Elas são também, renovadamente, reguladas, condenadas ou negadas. Na verdade, desde os anos sessenta, o debate sobre as identidades e as práticas sexuais e de gênero vem se tornando cada vez mais acalorado, especialmente provocado pelo movimento feminista, pelos movimentos de gays e de lésbicas e sustentado, também, por todos aqueles e aquelas que se sentem ameaçados por essas manifestações. Novas identidades sociais tornaram-se visíveis, provocando, em seu processo de afirmação e diferenciação, novas divisões sociais e o nascimento do que passou a ser conhecido como "política de identidades". (LOURO, 2000, p. 4)

Disputas acadêmicas e políticas deram origem, inicialmente nos Estados Unidos da América, a movimentos tidos por liberacionistas feministas e gays e a Revolução Sexual. Em seguida surgem às margens do movimento feminista branco e de classe média, assim também como às margens do movimento gay branco e de classe-média, um outro movimento que reclama notoriedade, o movimento 'queer', dando conta do substrato feminista-gay ainda sob rechaço, sujeitos como os portadores de HIV+, negros (as), imigrantes latinos (as) e de outras nacionalidades, profissionais do sexo e pessoas de ideologias políticas de esquerda. A retirada da homossexualidade, da lista de enfermidades da Sociedade Psiquiátrica Estadunidense em 1973, e estudos sobre sexualidades começam a emergir, Michel Foucault na sua *história da sexualidade*, em sua *vontade de saber* (1998, 1999), trabalha um ponto bastante pertinente a essa pesquisa, que é a compreensão de uma nuance consideravelmente importante da genealogia do sujeito: sua sexualidade.

Os aspectos políticos-sociológicos desse novo reordenamento das identidades sexuais numa perspectiva de subjetivação, atingiram de cheio a Educação e suas Instituições afins, provocando debates, suscitando deslocamentos e subversões de paradigmas.

No Brasil, as lutas sociais travadas por direitos das minorias identitárias (coletivo LGBTQ), que buscam o reconhecimento dos seus direitos, tanto da identidade de gênero quanto da orientação sexual provocaram igualmente os grupos sociais, as frentes de lutas sociais a favor do coletivo LGBTQ a inserir na sigla que representa o movimento, outros conceitos apontando para uma nova forma de política de gênero, para além da cultura heteronormativa. Assim sendo, a nossa sociedade sofreu novo impacto no tocante aos posicionamentos dos gêneros e sexos, trazendo à tona reflexões sobre hermetismos, sobre hegemonias, e, conseqüentemente de opressão e negação dos sujeitos do lado oposto ao dominante-dominador, das margens.

O ser humano, através da inculturação, cria padrões e estereótipos de gêneros, que em suma são construções socioculturais, que se apreende e nada tem a ver com a biologia humana. Para uma compreensão da constituição da identidade de gênero, deve-se levar em conta o legado de Derrida, sobre o desconstrucionismo, as hegemonias, as oposições binárias. Se nas oposições binárias sempre há um centro, no caso da oposição homem/mulher, com toda certeza o centro será o homem, à guisa da cultura heterossexista, machista, patriarcal o que reforça o conceito de o segundo elemento (mulher) ser posto como marginal, secundário, reprimido e alvo de sanções sociais, por parte das Instituições que têm por governantes, elementos do centro. O coletivo LGBT carrega um histórico complexo e sofrido em questões de acessibilidade, de reconhecimento de sua dignidade, forçando-lhe muitas vezes a manter-se à margem das margens, segregado e excluído.

Pesquisas realizadas sobre a evasão de sujeitos do coletivo LGBT, numa perspectiva de aplicação de práticas educativas suscitadas pelo Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE, 2006), apontam essa evasão como um produto decorrente de situações de preconceito e discriminação de gênero.

Em seu artigo *Corpo, Escola e Identidade*, Guacira Louro (2000) argumenta a favor de um reposicionamento no qual esse corpo esteja em harmonia com as concepções culturais, que partem desde o ponto de vista da biologia ao construcionismo social. E reitera como consequência da invisibilidade de algumas identidades, algumas gozarem de privilégios, legitimidade, autoridade; outras serem representadas como desviantes, ilegítimas, alternativas.

Como sabemos há dentre o conjunto dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), os chamados Cadernos de Temas Transversais, publicados pelo MEC em 1998, e que até o

momento ainda são a única referência oficial sobre as questões de gênero em âmbito educacional. Isto só aponta para uma necessidade cada vez premente de nós, educadores, termos em conta o grande número de estudantes que trazem consigo à comunidade escolar, seus sonhos, suas frustrações e incompreensões socioafetivas e que esperam que na escola possam eles ser acolhidos com a devida atenção e que serão sujeito de direitos e deveres como todas/os e que contribuirão à sua maneira ao enriquecimento dos processos educativos.

Grande relevância às reflexões sobre as constituições de gêneros, os processos educativos, práticas pedagógicas realizadas por Louro (1997, 2004); Butler (1990); Scott (1995); De Lauretis (1986) e muitos outros e outras fizeram emergir debates sobre a necessidade de se elaborar práticas não sexistas e que pudesse combater o ciclo de desigualdades e sublevação de gênero. Todavia, isso ainda está em status de andamento e muito precisa ser feito e refletido, sopesado e aplicado com procedimentos razoáveis e teórico-metodológicos que operem numa perspectiva de respeito e equilíbrio (LOURO, 2004a, p.110-127).

Já se disse, muitas vezes, que sem a sexualidade não haveria curiosidade e sem curiosidade o ser humano não seria capaz de aprender. Tudo isso me leva a apostar que teorias e políticas voltadas, inicialmente, para a multiplicidade da sexualidade, dos gêneros e dos corpos possam contribuir para transformar nossos modos de pensar e de aprender, de conhecer e de estar no mundo em processos mais prazerosos, mais efetivos e mais intensos. (LOURO, 2004b, p. 72; 2004c, p. 28)

Mediante o que foi exposto, é imperativo para que haja uma educação não-sexista considerar a forma como estão sendo preparadas/os essas/esses educadoras/es para recepção das (os) alunas (os) integrantes do coletivo LGBTQ. E ainda compreender como essas alunas (os), identificadas (os) com essa temática por questões ontológicas se sentem enquanto sujeitos do devir e, nós, educadoras/es, simplesmente como poderemos nos posicionar, no sentido de mostrar, uma prática educativa que seja capaz de transpor os dogmas religiosos, os pontos específicos de determinado doutrinamento, e/ou os regimentos hegemônicos e culturais em detrimento desses sujeitos que reclamam para si, visibilidade, reconhecimento e valorização.

Temos conhecimento de que o único documento oficial direcionado a essa temática em nosso estado de Pernambuco é o de “Orientações Curriculares em Educação em Direitos Humanos” que designa um eixo temático com “Promoção da igualdade entre gêneros e diversidade sexual”, apresentando apenas sete páginas destinadas a tais orientações.

O que nos inquieta é sabermos que a educação marcada pela visão cristã (neo)conservadora fecha os olhos às subjetividades que apresentam particularidades profundamente fluidas e complexas, e o fato de não haverem estudos e leis que as contemplem satisfatoriamente, reforçando a inviabilidade de um anexo de sete páginas em satisfazer a formação e orientação das/dos professoras/es em poder responder às questões variadas e dinâmicas desses processos de constituição de gênero, deixando assim uma lacuna conceitual e científica, abrindo pressupostos de discursos outros, inclusive os religiosos fundamentalistas, discriminatórios, preconceituosos. Nesse sentido, proporemos o exercício do rompimento dessas lógicas dicotômicas cujos centros e privilégios só recaem sobre a categoria hegemônica: hétero, branco, cristão etc. Destarte favorecer uma acolhida numa perspectiva de valoração dessas subjetividades e se contrapor à toda manifestação de discursos religiosos (neo)conservadores que se relevem através de uma prática pedagógica punitiva.

A escola é um lugar de delimitação de espaços, como afirma Louro (1997) nela se aprende as primícias da noção de poder bem como ela ratifica.

Através de seus quadros, santas, crucifixos ou esculturas, aponta aquelas/aqueles que deverão ser modelos. O prédio escolar informa a todas/os a sua razão de existir. Suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos “fazem sentido”, instituem múltiplos sentidos, constituem distintos sujeitos. (LOURO, 1997, p. 24)

Esse processo de “fabricação de sujeitos” se perpetua no fazer escolar sutilmente daí sobre essa constatação Louro indicar que antes de tentar percebê-lo nas leis, decretos que guiam oficialmente as instituições de ensino ou antes ainda de percebermos nos discursos de órgãos competentes ou de políticos, devemos ponderar a práxis cotidiana em que todos os sujeitos num processo educativo se inserem. Uma vez que são aquelas práticas desenvolvidas na rotina da formação escolar, aquelas mais comuns, falas banalizadas que carecem de nossa atenção. A necessidade de uma “desconfiança” de todo o processo de naturalização que perpassa questões teóricas que encontram na escola o espaço favorável à perpetuação condicionando concepções, rechaçando contribuições das pautas e demandas sem gerar expectativas ao campo conceitual, inviabilizando a crítica.

No seu artigo sobre as novas tentativas de controle de controle moral da educação, Oliveira e Oliveira (2018), evidenciam o intenso embate hegemônico sobre as noções acerca de gênero e sexualidade e atentam para o fato dessas concepções se articularem nas políticas

de currículo e na formação das/os profissionais do ensino. E denunciam a ofensiva dos grupos políticos/religiosos conservadores aquela que eles tendenciosamente chamam de “ideologia de gênero”. E, segundo as/os mesmas/os, autor e autora, o resultado dessa ofensiva foi uma disputa em todas as Casas Legislativas da Federação e uma consequente exclusão da menção às desigualdades de gênero e sexualidade nos planos municipais e estaduais de educação. (Oliveira [2018] APUD Reis e Eggert, [2017]). Essas interdições começaram com a vasta propaganda negativa e a proibição e “demonização” do material didático proposto pela comissão do Projeto “Escola Sem Homofobia”, em 2011, chegando, graças a figuras especialmente ligadas a essas correntes (neo)conservadoras a nem chegarem às escolas, visto ter sido considerado um mecanismo de professoras/es gayzistas, que estavam querendo, inclusive, naturalizar a pedofilia (?).

Após várias crises no campo filosófico, crise política, crise no âmbito das artes, as tantas crises governamentais, “crise de utopia nos anos 90”, instabilidades; alguns grupos de *minorias* identitárias vêm demandando visibilidade, as “novas” identidades que vão se apresentando na esfera social, grupos coesos e incitados por ideais comuns, demandas comuns: como *os negros, os gays, os ambientalistas*, os ligados às igrejas, o movimento feminista (...), começam a despontar como autocríticos de seu *status quo* e, tencionam romper com a visão de uma sociedade que não os viam inseridos nos contextos (ideia de classes), não reconheciam seu valor no sentido de colaboração econômica (economicismo), e que ainda não lhes enquadraram nas instituições-padrão, como igreja, escola, família tradicional, negando assim sua funcionalidade para o desdobramento das estruturas sociais. Como lemos em Oliveira, G, Oliveira A, Mesquita R., (2013), fatores que

Contribuíram para a emergência e o reconhecimento, no contexto social, de diversas *novas* identidades, demandas, movimentos e atores sociais (feministas, negros, gays, ambientalistas, jovens da periferia, grupos culturais, religiosos, etc.) que escapavam em grande medida, ao alcance das ferramentas de análise social oferecidas pelas perspectivas tradicionais, predominantemente economicistas, classistas, institucionalistas e/ou funcionalistas. (OLIVEIRA, G; OLIVEIRA, A; MESQUITA, R., 2013, p. 1)

A Educação começa a buscar respostas a questionamentos que levantem aqueles sujeitos expropriados, mediante uma compreensão que atenda toda a complexidade dessas subjetividades. O que possibilita muito perceber conexões ou disparates existentes em relação ao discurso sobre educação e suas situações didático-pedagógicas decorrentes de tais discursos religiosos fundamentalistas.

Na Educação, os estudos de gênero/Pedagogia “queer”, bem como a noção de escola cidadã que no dizer de Paulo Freire é aquela escola que se assume como um centro de direitos e deveres, espaços esses que oferecem igualmente contribuições e provoca debates e mais deslocamentos, a escola como um lugar de fabricação de prática cidadã, coerente com o discurso formador e libertador. Uma escola onde seus sujeitos possam ser eles mesmos, sem tensões, sem autoritarismos entre outras visões e debates, aparece na escola o delicado estudo de gênero, as teorias de gênero, uma premente necessidade de a partir de leituras com enfoques pós-estruturalistas, revisar posicionamentos sobre estudos sobre sexualidades e gêneros. Visto que a sexualidade atualmente, à guisa de uma mudança psicológica da sociedade moderna, de um apelo midiático fortemente direcionado à essas questões, outrora mais escondidas pela força dos discursos que regulam a moral social, demandarem por parte dos educadores maior atenção.

A teoria queer emerge como a necessidade de afirmar que a sexualidade dos sujeitos sociais se constitui em processo dentro de realidades distintas e que os *papeis* sexuais não há em essência, nem de forma biológica, mas são variáveis, podendo um indivíduo desempenhar um ou vários deles. A teoria queer, possibilita abertura para análise de todas as formas de atividades sexuais e problematiza bem como contesta identidades tidas por “normais” e as “desviadas”.

Essa teoria nos servirá para perceber que esses *novos sujeitos* não se enquadram mais nesses modelos educacionais clássicos, que o coletivo LGBT que vêm à escola, vem com toda uma significativa pressão da mídia, dos grupos de amizade, das redes sociais, que contribuem para identificação e troca de experiência. Faz-se necessário uma reelaboração curricular que não aponte membros desse coletivo como portadores de ‘gênero desviante’, um currículo que corrija e legitime uma orientação sexual em detrimento de outras.

A teoria queer se distingue justamente dos estudos gays e lésbicos no que diz respeito à mudança social, visto que o ser gay na sociedade moderna foi *normalizado* e ela tem como interesse problematizar conceitos como a travestilidade, transexualidade, intersexualidade e ainda culturas sexuais não hegemônicas, que subvertem as normas sociais acerca de comportamentos sexuais e envolvimento afetivos. Transgressões, subversão de padrões hegemônicos, o fato de estar no entre-lugar do posicionamento sexual padrão, na *diáspora* da normatização sexual, são elementos relevantes da teoria queer.

Fala-se de uma pedagogia queer, como mola de sustentação da elaboração de um currículo que visibilize esses sujeitos, que estão *em massa* nas escolas, apenas vistos em sua biologia e classificados como pertencentes ao grupo de meninos e meninas, supervalorizados

nesses aspectos biológicos e negligenciados em sua integralidade corpórea. A pós-modernidade, (tendência estética que rompe com os modelos clássicos das formas modernas, Guacira apresenta o ser humano com um amálgama de identidades, nesse sentido a pedagogia queer considera as possibilidades, as intervenções das diversidades como construção de nossas identidades. No seu artigo *Corpo, Escola e Identidade*, (LOURO 2000), vislumbra a dualidade tradicional que separa a natureza e a cultura e nos mostra que como o corpo está localizado no âmbito da natureza, os aspectos culturais são irrelevantes, postos numa categoria inferior. Ao tentar fazer elisão entre essas realidades, Guacira, inventa uma *centralização* de uma análise de gênero e sexualidade, sopesando teorizações que apontam ao construcionismo identitário, deslocando-o do ponto de vista determinista e biológico para a esfera de possibilidades de engendramentos sociais.

Assumo que, tal como o gênero, a raça ou a classe, a sexualidade também precisa ser compreendida no âmbito da história e da cultura. Em consequência, algumas identidades gozam de privilégios, legitimidade, autoridade; outras são representadas como desviantes, ilegítimas, alternativas. Fazendo uso de depoimentos e registros etnográficos, demonstro como se dá a produção de identidades "normais" e identidades "marcadas"; comentando, finalmente, os desafios que a multiplicidade de grupos e "tribos" juvenis coloca para as análises dicotômicas e polarizadas. (LOURO, G., 2000, p. 6)

Louro, assim como teóricos culturais, acenam para o fato de que todas as identidades sociais terem caráter fragmentado, instável, histórico e plural. O fato dessa ofensiva, cada vez mais articulada aos discursos fundamentalistas e (neo)conservadores se inserirem no cotidiano da sociedade, através de sites que essas entidades mantêm e se vertem numa alavanca e ao mesmo tempo âncora de sustentação dessas mesmas ideias, provocam segundo (Miskolci 2006) um “pânico moral” que percebemos opera no sentido de desqualificar, fazer uma piada dessas reflexões sobre sexualidade e gênero e, o que é pior, apresentar uma noção que em nada agrega à construção de um ideário sobre igualdade de gênero.

Depois de toda essa campanha que visa a distorção da verdade sobre a séria orientação pedagógica sobre questões relacionadas à sexualidade e gênero, vimos, mormente, nas duas últimas décadas, em diversos contextos nacionais, emergirem debates sobre o que grupos – religiosos e laicos – denominam de “ideologia de gênero”. E assim se torna muito importante que mais estudos no campo da educação Este se debrucem sobre esses questionamentos que têm se tornado ideias fundantes à implementação de um paradigma na educação que reforce nossas posições pós-críticas, humanistas e que dialoguem com o formato de uma escola

aberta, laica e universalista. Torna-se cada vez mais urgente redesenhar as origens epistemológicas desse termo para que possamos “compreender a gramática política em que se insere”. É necessário considerar o justo papel dessas demandas de direitos humanos e ainda percebermos como elas têm sido interpretadas por beneficiários dessa onda moralista que as rotula como ameaça ao modelo de sociedade, construindo, um pânico moral nivelando as questões a uma resolução no campo da dogmática, que cuja apenas consideração, sugere um levante contra d.Eus³.

É precisamente por isso que esse trabalho discute a possibilidade da aplicação de uma análise de como essa noção de “pânico moral” nos dá luzes para compreendermos o cenário da educação brasileira na contemporaneidade. Para entendermos a construção de um “pânico moral” e mais ainda atentarmos à sua processualidade refutando assim uma noção de espontaneidade geracional, mas antes devemos compreendê-la como resultado da complexa dinâmica e intercomunicação entre vários atores sociais. Alguns dos atores sociais envolvidos na/para a construção desse “pânico moral”, são: 1) os “demônios populares”; 2) os responsáveis pela lei; 3) a mídia; 4) os agentes políticos; 5) o público. Essa pesquisa busca investigar o papel dos discursos religiosos na mobilização de vários desses atores, especialmente através das correntes cristãs (neo)conservadoras.

Segundo Cohen, os demônios populares são aquelas pessoas que são socialmente definidos ou lhes são impostas a responsabilidade de criar uma ameaça para a sociedade. E para além da definição de alguns desviantes, os demônios populares são absolutamente nocivos à sociedade. Eles são a encarnação do mal e os antagonistas em um drama de pânico moral.

Outros atores desse processo de construção do “pânico moral” são os agentes da lei, como as polícias, os promotores de justiça ou as forças armadas, esses se constituem como peças-chaves à essa construção do “pânico moral”, que sob pretexto de proteger o Estado e fazer-se cumprir leis e decretos que visem a manutenção da ordem moral, fazem uso da força e destilam violência e violações dos Direitos Humanos com o aval do Estado e o peso do corporativismo que atravessa essas instituições desde tempos medievais, sob outros formatos institucionais, passando pela Ditadura Militar no Brasil nos anos 1964. Esses agentes do estado têm por guião identificar, prender e punir os demônios populares. Esses agentes do estado devem justificar seu posicionamento perante uma sociedade estática, sem

³ Uso essa representação do verbete DEUS como forma de minha análise que considera o que a maioria desses grupos que promovem o ódio dizem ser o criador. No meu entendimento, esse d.Eus é um resultado de (d) “Eus” que com a vogal do pronome em maiúscula incide à realidade de egoísmos e egocentrismos que constituem nossa história pessoal.

aprofundamento e, portanto, facilmente manipulável pelo torpor provocado pelo “pânico moral” que se encarregará de legitimar os atos de violação dos Direitos Humanos, já que a sociedade precisa ser purificada de “demônios populares” que causam instabilidade no ethos social.

Apropriadamente a esse trabalho, uma panorâmica por sobre um dos agentes à construção do “pânico moral” que é a mídia nos servirá de suporte à nossa análise em desenvolvimento que atenta para o fato de que há um processo de pânico em torno da questão da noção (distorcida) de “ideologia de gênero” que a mídia cristã (neo)conservadora promana, e que esses agentes midiáticos exercem um poderoso papel quando alegam o status de “demônios populares” a pessoas, muitas das vezes sem capacidade de resposta, quando fazem cobertura de eventos expondo esses “demônios” e suas falas de modo distorcido e temerário. Ao passo que há “audiência” e se acirram os ânimos, essa mídia, visando o lucro (não somente) e visando estabelecer uma “onda” de desconforto a qual desqualifique pessoas, projetos, instituições não-hegemônicas. Dessa feita, aliada à preocupação pública, a ansiedade que essas campanhas midiáticas promovem são determinantes à construção do “pânico moral”.

Não podemos descurar do relevante papel à construção na contemporaneidade do “pânico moral” em torno das questões de sexualidade e gênero, a desqualificação das pesquisas, o ódio com o qual se considera a possibilidade de uma reflexão sobre sexualidade e gênero na escola, na sociedade em geral por causa do conteúdo que a mídia cristã (neo)conservadora dissemina, utilizando-se do discurso religioso hegemônico e de uma hermenêutica bíblica fundamentalista fechada ao diálogo com as Teologias Feministas, Gays, Inclusivas, da Libertação, Queer, do Amor etc., desencadeiam posturas de *pessoas crentes*, revelam pré-conceitos e crenças dessas organizações e *pessoas religiosas* em relação à questão que inspira a pesquisa.

Os políticos, como sendo aqueles que formulam opiniões que a posteriori são impostas e agregadas ao substrato legal do Estado, também se vertem em importantes atores à construção do “pânico moral”, e auxiliam na manutenção desse “status”. Outro grupo relevante é público, que ao sabor da catarse provocada pelos demais atores dessa construção do “pânico moral” se atíça e se organiza para protestar por punição aos “demônios populares”, justificando assim o uso da força das polícias ou o uso dos discursos de ódio das pessoas religiosas que devem zelar pela ordem social, moral, religiosa, espiritual e psicológica da sociedade.

Obviamente que, a persuasão da retórica das/dos políticas/os, a vitória das/dos responsáveis pela Lei, e eficiência na distorção de conteúdos que são expostos pela mídia causam um estado de “pânico moral” que serve para gerar ódio e indignação do público⁴ em relação aos “demônios populares”.

Sendo a “perspectiva de gênero” defendida por setores conservadores no campo religioso, essa que levaria a sociedade a pensá-la como sendo essa afronta a d.Eus, já sabemos o verdadeiro confronto que desenrola nos espaços de formação clerical e do laicato, levando algumas figuras e/ou grupos a tomarem posições de destaque nessas frentes, geralmente são líderes sob influência de visões eclesiais superadas, ou grupos que se fundam sob a mesma ótica de grupos medievais, que supervalorizam a estética em detrimento do “animus”. O embate é sempre na tentativa de afirmar não se passe de que uma ferramenta ideológica de dominação e, assim, visa desarticular, caricaturar e execrar a luta do movimento LGBT. E como ideologia, as relaciona com as diversas concepções totalitaristas, como o nazismo e o comunismo etc.

Podemos considerar toda essa ofensiva travada para a caricaturação da “ideologia de gênero” como sendo uma estratégia de contraposição aos passos que vêm sendo dados na América Latina sobre a questão direitos sexuais e reprodutivos. Especialmente, na América Latina, essa campanha tem um sentido distinto para essas organizações (neo)conservadoras pois como sabemos já existem diálogos e articulações que versam sobre questões de direitos sexuais e reprodutivos que visam à construção de um debate para descriminalização do aborto, para o reconhecimento de casais homo-trans-afetivos e a possibilidade de inclusão da educação sobre sexualidade humana nas instituições de ensino.

Aliada à ofensiva à chamada “ideologia de gênero” da Igreja Católica existem várias organizações sob o slogan pró-vida que possuem em seu bojo forte apelação do discurso religioso. E mais recentemente organizações evangélicas aderiram à essa ofensiva com a finalidade de embargar os direitos sexuais e reprodutivos, ressaltando que essas organizações traçam seu plano de combate de modo a quase não revelar seu caráter de confessionalidade desse ou daquele credo religioso.

Adensando mais ainda essa campanha negativa aos avanços dos estudos e da implementação de políticas de sexualidade e gênero no Brasil, surgem outros movimentos, que vêm causando grande influência nessa construção do “Pânico Moral” de cunho já não somente religioso mas que revela um cunho político e ideológico como por exemplo o

⁴ Justamente um caráter de aconfessionalidade pode promover um impasse quanto à identificação e punição no âmbito da lei de possíveis agentes da construção do “pânico moral”.

Programa Escola sem Partido, que se espalha pelo Brasil, a partir do ano de 2004 e surge fazendo barreira às práticas educacionais que os defensores desse projeto acusam de “doutrinação política e ideológica na sala de aula” e ainda “usurpação do direito dos pais sobre a educação moral e religiosa de seus filhos”. Como indicam Oliveira e Oliveira (2018):

Os movimentos e grupos sociais que questionam e desafiam as práticas educativas que reproduzem hierarquias e relações de dominação naturalizadas, entretanto, não são fantasmas que assombram somente os grupos conservadores cristãos ou seculares. São também os fantasmas que rondam o paraíso dos projetos de uma educação supostamente uniforme e universal. Nesse sentido, talvez a religião dos grupos neoconservadores esteja mais próxima do que se possa imaginar da realidade que se aponta atualmente na educação brasileira (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2018, p. 24).

Para uma análise dessas estratégias de combate à “ideologia de gênero”, para além de ser importante identificar personagens que dissemina tal noção, entendemos que far-se-á mister investigar como se articulam no contexto brasileiro e no campo da educação para que identificando os campos discursivos da práxis onde tem impetrado graves problemas a naturalização dessa noção sob a égide da matriz religiosa, compreendamos que há para além de uma conduta cuja finalidade seria manter ilibada a noção de conceitos de categorias como Família, Deus, segurança, saúde, futuro, criança, natureza, moral dentre outros, uma estratégia política com um público-alvo definido: o público LGBT.

Destarte, antes de compreendermos a natureza dessas organizações e as posicionarmos na esfera dos movimentos sociais e, conseqüentemente, conferirmos o status quo de uma parcela organizada e consciente da sociedade civil, devemos entender que aquelas/es que promovem a ofensiva contra a “ideologia de gênero” não passam de promotoras/es de uma sanção moral “que agem dentro de um campo discursivo de ação”. Tais empreendedores morais são religiosos, dentro da Igreja Católica, de vertentes religiosas neopentecostais, seguidores laicos dessas religiões, pessoas que se engajam na luta por razões simplesmente éticas, morais e/ou políticas as mais diversas e não são necessariamente da sociedade civil, mas podem atuar dentro de instituições e até mesmo do governo. Identificá-los exige reconstituir em termos sociológicos a gramática política que vincula atores tão diversos em uma cruzada contra o que passaram a chamar de “ideologia de gênero”. Argumentaremos que tal gramática se insere na ambivalência histórica do catolicismo entre uma afinidade com a esquerda em matérias econômicas e maior proximidade com a direita no que se refere à moral.

3 GÊNERO E (HOMOS)SEXUALIDADE NO CAMPO DISCURSIVO CRISTÃO

A teologia homossexual buscava uma mudança de postura das igrejas com relação às pessoas homossexuais. Sua ênfase está muito mais centrada na questão pastoral, de compreensão e, às vezes, de acompanhamento dessas pessoas, procurando entender a sua realidade sem, no entanto, assumir essa realidade criticamente. (MUSSKOPF, 2010, p. 259)

Este capítulo objetiva discutir teoricamente a partir do que consideramos como preponderante à compreensão da construção do “pânico moral” sobre a noção da chamada “ideologia de gênero” pelos veículos de comunicação das organizações cristãs (neo)conservadoras, todavia quisemos discorrer as mais variadas formas de visão no amplo e plural campo discursivo cristão como as diversas correntes cristãs trabalham teoricamente com as questões relacionadas ao gênero e à sexualidade.

Faremos um breve resgate histórico para entendermos como essa visão em cada uma dessas organizações se reverberam na pastoral, na práxis, e acabam dogmatizando questões que em si, necessitam de um diálogo com as ciências, como em determinados momentos, a relação sexualidade/gênero e educação foi significada por uma unilateral visão bíblica ou atendendo à definições eclesiais. Desde uma relação praticamente imprópria, como revela-nos os retrocessos, e a onda generalizada de “pânico moral” em torno das discussões sobre sexualidade e gênero no campo da educação onde o fomento a essas discussões são consideradas um crime perante o Estado e perante Deus, em suas características e especificidades o que percebemos é que a ofensiva que esses discursos promovem servem para que se legisle em detrimento das reflexões a respeito das questões de sexualidade e gênero como também servem para criar um espasmo de desconfiança das pesquisas e pesquisadoras/es, dificultando com que os resultados das mesmas atinjam o campo da educação conotando uma falsa proteção e manutenção da ordem social. Problematiza alguns aspectos sobre a compreensão e disseminação desses discursos sobre sexualidade e gênero nas variadas correntes religiosas cristãs, desde as mais conservadoras às mais liberais e apresenta a perspectiva que defendemos e nos move a entender como as múltiplas formas de visão sobre sexualidade e gênero no amplo campo discursivo cristão ao invés de gerar uma compreensão sadia e séria sobre essas questões, geram mais confusão e “pânico moral” nas mentes dos *fiéis*. BOFF (2007), MUSKOFF (2010), JURKEWICZ (2018), SCOTT (2010) e CASTRO

(1991) são alguns dos autores que utilizamos para apresentar um pouco sobre tais temas propostos.

3. 1 Gênero e Sexualidade no Pensamento Católico Tradicional

É evidente a grande relevância de questões relacionadas à sexualidade e gênero na atualidade, nunca se tentou tanto estigmatizar o público LGBT, nunca se quis tanto culpabilizá-lo como vemos nas postagens de grupos políticos de Direita, de organizações ligadas ao cristianismo (neo)conservador, nunca se viu parlamentares usarem a condenação à discussão sobre sexualidade e gênero como penhor de sua preocupação com a sociedade brasileira, com a moral e os bons costumes e, paradoxalmente tanto discurso de ódio e violação dos Direitos Humanos dos LGBT em nome de uma crença religiosa que tenta, baseada numa leitura medieval da Bíblia e em versículos do Antigo Testamento, com exceção de poucos textos de Paulo e excertos no Livro do Apocalipse no Novo Testamento, mas que os biblistas já nos ofereceram outras traduções que atestam a confusão por causa da etimologia dos vocábulos em grego que muitos religiosos (fundamentalistas) ainda se prendem às suas pregações de ódio e condenação ao público LGBT: como é o caso de “Malakoy” significa “devasso” e foi traduzido por afeminado.

A doutrina católica ressalta que em matéria de revelação, magistério e doutrina: A imagem criada por Deus, homem e mulher deve ser animada para que ambos vivam de forma harmoniosa, juntamente sacramentada pelo vínculo matrimonial de um casal (hétero), imagem da Comunidade Trina.

O corpo criado e animado por Deus é visto como um templo sagrado e a sexualidade deve ser vivida e expressada de uma forma sagrada; sendo assim a doutrina referente à sexualidade humana para homens e mulheres em vista de uma união matrimonial se baseia na questão da vivência do voto de castidade explicitando que o corpo não foi feito para o corpo mais para a glória. Sendo assim qualquer desordem no campo moral e afetivo deve ser combatido para além das instâncias da sociedade contemporânea. Toda questão referente à evolução em torno dos debates em torno dessas questões de sexualidade (e gênero) humana pode se configurar numa grave ofensa àquilo que já foi legitimado por Deus, que é a relação recíproca no amor verdadeiro entre homem e mulher. É bem evidente na retórica católica que não se considera outra sexualidade fora da heteronormatividade e que toda ela que sair desse

padrão é considerada anormal, sem direito à menção, algo a se evitar a discutir e a se vislumbrar como possibilidade epistemológica.

O Papa emérito Bento XVI quando Cardeal tinha afirmado a importância de a teologia católica se voltar ao estudo *da lei natural*, em busca das bases para individualizar-se e rever responsabilidades comuns. Considerando os aspectos que terminam uma sociedade pluralista como a nossa, continua o documento, *a ciência moral não pode fornecer ao sujeito uma norma que se aplique de forma adequada e automática às situações concretas*. Apenas a consciência do indivíduo, bem como a forma de juízo de sua prática podem oferecer coluna à norma imediata da ação. Mas, ao passo também, que não se deve facultar à consciência a liberdade nem se lhe permitir movimentos internos relacionados à subjetividade. É sumamente necessário propiciar à sociedade a aquisição das disposições intelectuais e afetivas que possam conduzir à verdade moral, para um juízo mais fiel à tradição e legado teológico-moral.

A reflexão moral teve certa evolução em torno de questões como a escravatura, o empréstimo a juros, o duelo e a pena de morte. Graças a desdobramentos na compreensão da interpelação moral, as crises no campo da política, da economia trazem sempre a possibilidade de revisão de normas e práticas que se engendram ao ethos social durante todo o processo histórico, portanto a possibilidade de perceber que existe uma noção de moral radicada, fixista que inviabiliza outros rumos epistemológicos no campo da teologia católica e isso gera um impasse aos movimentos de vanguarda que se afinam a visões contemporâneas, libertárias etc.

Como acompanhamos através da literatura, mídia, falada e escrita, o processo histórico, graças a interações sociais de atores que o marcam e alteram seu curso, mediante o envolvimento e comprometimento afetivo e efetivo com certas lutas sociais, por visibilidade etc., daquelas/les interessadas/os em primeira instância com essas possibilidades de legitimação identitária, vimos *na passagem do século XX para o XXI um “certo desenvolvimento de duas tendências, a princípio paradoxais, envolvendo importantes esferas das sociedades ocidentais: a religiosa e a jurídica*. Felizmente acompanhamos um dilatado debate por todos as partes e colocando em evidência os múltiplos usos e formas da sexualidade humana.

Com certeza, o debate que mais sofre desgaste, uma vez que a religião ainda tenciona para a tentativa de legislar sobre os corpos, são os gays e lésbicas e mais contemporaneamente, todas/os as/os que integram a comunidade LGBT (TTIQ+).

Se de um lado, se insurgem novas tentativas de rompimento com a episteme que heteronormatiza as mentalidades acerca de performatividade e scripts de sexualidade, tendo como referencial, o compulsório, o hegemônico, gerando abertura para se pensar na União Civil homoafetiva numa perspectiva de direitos homoafetivos desses cônjuges de adotar crianças, etc., do outro lado se mantêm aqueles grupos fundamentalistas que reafirmam seu apego a visões biologicistas, naturalizadas, e que se fundam apenas na visão hermética do texto bíblico sem nenhum diálogo com as ciências das linguagens, nem qualquer um outro campo científico.

Não se pode pensar que a visão fundamentalista, de grupos religiosos, agiu de maneira unicamente inaugural nesses conflitos, mas é mui necessário considerar que a atuação deles continua criando estruturas discursivas, redes de pensamentos que se fortalecem especialmente no momento político pelo qual estamos passando, em *tempos de golpe*, em tempos de uma maior acessibilidade a meios de comunicação instantânea e barateada. Então para além de considerarmos essa postura religiosa como ‘poeira’ de um passado distante e, portanto, preso a um contexto específico, devemos atentar à dialeticidade da mesma, quando essa postura corrobora atitudes fascistas, anti-humanas, de sujeitos isolados que se presumem representantes de uma mensagem universal e altruísta.

Se formos tentar traçar paralelo entre religião e discursos sobre sexualidades, nessa compreensão hodierna de direitos civis, e, em que pese a visão tradicional que certos grupos religiosos têm desses pontos não ficaremos confortáveis ao percebermos as tempestivas investidas de determinado(s) grupo(s) em se apresentar(em) como a última palavra sobre tais temas que claramente se relacionam com a psique, com a sociologia, com a biologia (mas não somente), com a espiritualidade, com a mística e demais dimensões dos seres humanos. E não é à toa que o movimento LGBT questiona a participação de membros de igrejas em departamentos da esfera política nos quais se legislam para a essa específica parcela de cidadãs e cidadãos. Um dado também importante que devemos ressaltar é que sendo a religião integrante da esfera de direitos privativos da mulher e do homem, e como esse direito à liberdade religiosa assiste a cada uma e a cada um especialmente, fica assim evidente criado um espaço no qual denominações eclesiásticas se proliferem, se sustentem nesse regimento e se fixe em leituras bíblicas fundamentalistas e siga reproduzindo fissuras no diálogo com os movimentos sociais, especificamente os que trabalham junto aos coletivos LGBT.

Ainda que saibamos que haja uma tentativa de estabelecimento de contato entre movimentos feministas e LGBT através de pontos comuns como: fome, discriminação racial, questões de classe faz-se mister que também saibamos que há dificuldades por parte de

algumas denominações religiosas em tratar questões referentes à livre expressão sexual, e que graças a essa inviabilização no diálogo, estereótipos, padrões, funções sociais de homens e mulheres são ainda reproduzidos à guisa de concepções caducas e absolutamente regidas epistemologicamente pelo binarismo, pela visão judaico-cristã, e, o famigerado modelo eurocêntrico que superenaltece o macho e suas viabilidades em detrimento do feminino e suas inviabilidades.

Lamentavelmente vários líderes religiosos usam suas hermenêuticas bíblicas quando justificam as suas concepções sobre questões que se referem aos membros da comunidade LGBT, alimentando assim o ódio, com o ‘amparo’ do texto sagrado, portanto, inquestionável, intocável e essas iniciativas de alguns líderes religiosos condicionam a grei, fazendo dela uma massa de fácil manobra e refém de sua ideologia do terror e do medo. Porém, todo esse movimento põe à luz a vida, a luta por sobrevivência dos LGBT e vários são os grupos religiosos na contemporaneidade que têm tentado responder a questões das homossexualidades. Muito se percebeu que embora a regra conduzisse a Deus, o campo pastoral oferecia outros olhares e apreensões desses textos considerando o dom da vida de cada indivíduo, bem como a relação que cada uma/um nutre em sua espiritualidade com o que ela/e reconhece e identifica como sendo Deus.

As religiões de matriz afro-brasileiras e todo o universo espírita e suas percepções sobre a sexualidade e, ultimamente dentro do cristianismo, a teologia inclusiva de Igrejas especialmente inclusivas e outras abertas a questões de gênero que se propõem a reconhecer a manifestação de Deus, independente de estereótipos e performance mediante deliberações sociais hegemônicas, como é o caso dos Episcopais Anglicanos que se preocupam com o campo das discussões de gênero, já que o ser humano é o ‘locus theologicus’ onde Deus realiza e perpetua sua redenção amorosa no que concerne à corporeidade do gênero humano. Um efeito contraditório disso é o aprofundamento da experiência religiosa como algo pessoal, individual e íntimo, paralelamente com uma globalização do religioso .

Um desafio sempre presente é como integrar as/os homossexuais nas agendas religiosas sem exotificar sua condição, levando em consideração suas necessidades humanopolíticas como: União Civil, políticas direcionadas à sua participação e cidadania. Ainda um ponto crítico é a segurança. Grande estorvo à criminalização da homofobia é a bancada evangélica, a opinião que eles têm do que chamam de necessidade de delimitação do sentido do crime homofóbico. O que graças a esse impasse vai-se avolumando o número de homicídios por ódio a sexualidade alheia sem que o estado possa dar uma pena satisfatória e coerente com o ato.

A disputa política na educação continuou em várias assembleias legislativas e câmaras municipais, quando se votaram planos em nível estadual e municipal. O conceito de lei natural, porém, não está isento de problemas e controvérsias, seja pelo abandono da metafísica por parte do pensamento contemporâneo, seja pela moral fixista ao qual ele se atrelou. Os últimos papas alertaram para a necessidade de encontrar-se um terreno teórico comum, aceito por crentes e não crentes, para tratar-se das questões mais urgentes da humanidade, como a ecologia, a paz e a convivência entre as raças e entre as culturas.

3.2 Gênero e Sexualidade no Pensamento Evangélico Tradicional

A visão sobre sexualidade e gênero no pensamento evangélico tradicional é baseada em termos estritamente religiosos, uma vez que, ao se converter ao protestantismo, se percebe um fechamento às questões de cunho existencial, um descaso com a produção de um conhecimento de mundo (pré-adolescência) que extrapole os limites da doutrina e exponha a/o crente a qualquer tipo de descrédito perante sua congregação evitando perseguições de pastores e/ou líderes religiosos. Há apenas uma profunda veemência em ser uma/um fiel praticante da religião. O cunho totalmente tradicional em que a doutrina se enraíza e incute na cabeça e nos corações dos membros, colabora para que discussões sobre sexualidade e gênero sejam tidas como impensável, terreno minado no qual alguma/algum fiel poderá se confrontar com a autoridade divina mesma e conseqüentemente pondo em risco sua fé e sua salvação eterna.

Graças a essa lógica de subserviência doutrinária, sob forte pressão em ser um “crente” e observamos um discurso grandemente disseminado sobre o que é certo e errado, do que é pecado e do que é dádiva. Destarte, debates e conceitos sobre temas que envolvem a vida humana em sociedade, que façam com que se pense para fora dos muros da *Igreja* são abominados pela hierarquia e pela membresia em geral, conceitos estes, **individuais e coletivos como:** Cortar o cabelo, ter barba, andar de bermuda, ter tatuagem, fumar, beber, se prostituir no sentido de ter várias mulheres (para os homens) e vice-versa *e principalmente de se relacionar com pessoas do mesmo sexo.*

Na visão evangélica tradicional todos esses comportamentos não são agradáveis a Deus e só os *ímpios* (pessoa que não conhece a Deus) podem tê-los. O discurso institucionalizado, é para que haja um afastamento de pessoas “não-crentes”, no sentido de não se macular com as crenças e ideologias de pessoas consideradas uma ameaça à

manutenção de uma vivência eclesial voltada à doutrina, sem a menor preocupação com as problemáticas sociais que afetam as pessoas na contemporaneidade.

Para essa visão de igreja ser dominado pelos desejos do *mundo* é pecado e as consequências serão terríveis aí entra em questão a relação das/dos crentes com Deus, confundindo o papel afetivo dessa relação para o desenvolvimento de uma religiosidade sadia, generosa e fluida.

O posicionamento da igreja, da família e da sociedade, quando algum membro *assume* a homossexualidade e a homo afetividade causa um dano psicológico imenso nas famílias e mais ainda para essas pessoas crentes que se identificam com pessoas do mesmo sexo, tendo em vista serem as famílias evangélicas de cunho patriarcal cuja visão de mundo e de relacionamento tradicional se constitui por homens e mulheres e qualquer outro tipo de sexualidade para além do constrangimento que passam as/os LGBT pela hostilização velada e às vezes explícita da Instituição religiosa, são vistos como um problema, uma/doente, detestável, pois não se permite tal condição, as igrejas se referem à homossexualidade como perversão e que pessoas assim irão para o inferno, a orientação da igreja de cunho tradicional é de tentar converter através de sua doutrina institucional (à base da bíblia), mas também de mitos e tabus criados pelos homens a qualquer custo e os métodos evangelizadores são bastante rígidos, fazendo com que as/os LGBT se sentiam acuadas/os frente a acusação de serem doentes, necessitadas/os a todo custo da cura espiritual e física como se houvesse pela concentração de esforços da pessoa e da oração forte de pastores e obreiros para que uma/um LGBT possa vir a se reencontrar com Deus. A pedagogia desse processo de cura consiste em cultos no lar, evangelismo em domicílio além de vários outros métodos para convertê-lo à heterossexualidade, mas não se aceita que de maneira nenhuma essas/esses convertidas/dos permaneçam nas mesmas práticas, ou deixa-se ser curada/o, ou não se faz parte da membresia da igreja.

Atualmente, as igrejas tradicionais ainda continuam com os mesmos conceitos, surgiram muitos outros seguimentos religiosos que trazem uma ressignificação das doutrinas e do evangelho, mas todas elas ainda pregam que a/o gay, a/o viciada/o, a/o prostituta/o, a/o ladra/ão, a/o adúltera/o, a/o mentirosa/o que não se converterem irão para o inferno e que só se poderá ir ao céu e fazer parte do corpo de Cristo aquelas/les que nascerem novamente.

Com as transformações sociais, a pós modernidade, as reinterpretções ideológicas, metodológicas e religiosas surgem outros grupos religiosos, outras correntes que dão uma nova roupagem a visão cristã e de mundo também.

Vemos que em algumas instituições religiosas a questão da sexualidade passou de doença, para maldição, em outras de perversão para uma nova possessão forma de demoníaca.

3.3 Gênero e Sexualidade na Teologia da Libertação

A Teologia latino-americana da libertação (tendo como marco o livro Teologia da libertação – 1971, de Gustavo Gutiérrez). A Teologia da Libertação nasce a partir de uma experiência pessoal, não do desejo de uma aventura teológica, mas do desejo por uma prática constante de vivência do Espírito, segundo Boff é um projeto de mundo, de igreja que permite agregar outros valores no sentido de criar espaço à revolução pessoal. Nasce do choque espiritual da contemplação do Cristo crucificado e dos pobres e excluídos. E para as/os teólogas/os da Libertação a revolução é um imperativo a toda/o e qualquer cristã/ão. Revolução humana, social, política e econômica.

A revolução econômica e política que se seguiu à década de 70, trouxe a revolução cultural cuja importância foi e ainda continua sendo, a crítica sistemática que atravessa a gama de instituições, apresentadas como motores de fabricação de poder e todo tipo de repressão coletiva e individual.

Sem dúvidas, a primeira dessas instituições que começam a receber críticas é a família com suas idealizações e representações fixas sem atentar à dimensão da liberdade e da dinamicidade que parece não fazer diferença para “ideólogas” e “ideólogos” do formato sugerido pela bíblia. A instituição igreja, bem como a educação também são alvo de críticas, manifestações públicas, especialmente após 2013 quando se ouvia repercutir a expressão “o gigante acordou”. Se acordou mesmo, ainda não temos certeza nem para que realidade, mas sabemos que o desprestígio dessas instituições denuncia sua decadência e ainda nos revela uma outra face dessas instituições que descambaram pelos rumos da corrupção.

A revolução cultural traz em si mesma o insight ao despertar da liberdade pessoal e assomam-se a ele valores que devem ser mantidos nas frentes de luta social, como a emancipação da mulher, o despertar da consciência de liberdade nas juventudes, uma consciência religiosa libertada de uma religiosidade baseada em penitências, apresentação da figura de Deus não como um juiz, mas como um companheiro na luta contra as opressões do corpo e do espírito.

Graças a essa espiritualidade (católica) cuja compreensão de sexo se relaciona a algo sujo, indigno e pecaminoso, solidificou-se na retórica cristã como um todo a compreensão de

natureza humana como um conteúdo mais ou menos fixo, sem muita alteração do ponto de vista filosófico e religioso. Fala-se de ordem natural, sobre algo ser da “natureza humana” e essa moralidade estipula limites entre desejo humano e desejo de Deus. Esse limite funciona como fator que regula a vida e moralidade humana.

Falando da homossexualidade e homoafetividade, sabemos que em todas as épocas e culturas, houve mulheres e homens que se atraíram por pessoas do mesmo sexo cuja satisfação de desejos questionava essa compreensão de ordem natural. Essa questão se aproxima da religião através das possibilidades hermenêuticas surgidas no âmago das discussões da Teologia da Libertação, uma vez que a população LGBT constitui um grupo dos *pobres de evangelho*. E sendo assim a moral que no campo teológico considera pontos como sexualidade (e gênero), não pode ser considerada se não for orientada por uma ética da relacionalidade, pelo motivo de que durante um longo processo histórico, a sexualidade se relacionava unicamente com a individualidade das pessoas, seus impulsos, seus desejos e mediante essa emergência de uma visão libertária, deu-se relevância a uma categoria sumamente cabal à compreensão da sexualidade humana, que é a alteridade como colunas à construção de uma subjetividade. O outro passa a ser um agente que de certo modo definirá a identidade e revelará traços interiores de quem estabelece relação.

A própria leitura que se fazia, de castidade, conselho evangélico que inaugura o ingresso de uma pessoa religiosa, membro de alguma Ordem ou Instituto de Vida Consagrada no estado regular religioso, antes tida por virtude das virtudes passou a não ser mais apenas uma privação de sexo, assumindo outros significados inclusive mais próximos à palavra latina que deu origem ao verbete castidade: *candeo*, que significa transparente, brancura, brilhante, e consequentemente candor/candura, nos faz entender que para uma pessoa ser tida por casta, ela precisa viver na transparência, na nitidez e, no respeito. Aqui vale a pena ressaltar que ser casto não vislumbra apenas a dimensão sexual humana, mas viver de maneira nítida, transparente engloba todos as esferas e campos da existência humana, inclusive os que envolvem hierarquia, organização material e jurisdição;

Alguns conceitos que recebem outra visão com a Teologia da Libertação são: liberdade, criatividade e a própria noção de fidelidade. A liberdade que nos põe em atitude de descoberta dinâmica e a criatividade que nos faz atinar à necessidade da/o outra/o no intuito de responder com responsabilidade às demandas da/o outra/o resignificando a moral cristã, reiterando-a à novidade que é criativa, ao sujeito do devir sem apegos a ranços epistemológicos e/ou doutrinários.

Essa novidade criativa deve considerar dois eixos para construção de uma ética cristã de sexualidade: o dos valores fundamentais que se pretende conservar e o da forma como se transmite esses valores fundamentais. Nesse mesmo seguimento vão as palavras do Papa João XXIII, na Aula inaugural do Concílio Ecumênico Vaticano II:

Uma é a substância da antiga doutrina do *depositum fidei*, e outra, a formulação que a reveste: e é disso que se deve – com paciência, se necessário – ter grande conta, medindo tudo nas formas e proporções do magistério prevalentemente pastoral [...] Sempre a Igreja se opôs aos erros, muitas vezes até os condenou com a maior severidade. Nos nossos dias, porém, a Esposa de Cristo prefere usar mais o remédio da misericórdia que o da severidade: julga satisfazer melhor às necessidades de hoje mostrando a validade da sua doutrina que condenando erros.

(Papa JOÃO XXIII, na Aula inaugural do Concílio Ecumênico Vaticano II em 1969, Compêndio do Concílio Vaticano II)

Como a Igreja começa a se abrir ao século e suas discussões, o que antes era inviável visto não haver terreno propício devido ao grande conservadorismo da Instituição Romana com seus dicastérios, suas Sagradas Congregações e seus prelados, foi possível perceber a pluralidade que é a existência humana.

Se há algo que nos intriga é o caráter enigmático da vida humana e de todos os seus componentes. (...) Entre as questões mais enigmáticas encontram-se as que se referem à sexualidade. Por isso é compreensível que, desde sempre, e das mais diversas formas, a humanidade tenha se interrogado sobre a proveniência e o sentido desta força estranha e determinante da vida humana (...). (MOSE, 2004, p. 18)

A sexualidade é revista e compreendida como um valor da existência humana um dom para a liturgia, serviço ao Reino de Deus nos pobres e oprimidos. Há uma concepção mais pungente da nuance feminina de Deus, portanto uma aproximação do feminino com o sagrado, uma sacralização do *sexo* outrora visto como complementar e pleno de privações na Ordem da Graça. De apenas criatura o sexo feminino passa a ocupar espaço na esfera da divindade. É o pressuposto a muitas perspectivas teológicas como as feministas, inclusivas bem como outras que entendem a sexualidade como maneira de comunhão íntima que se revela numa oblação, numa gratuita relação interpessoal que envolve as dimensões da espiritualidade, da biologia e ainda interações psicossociais e que faz uso de uma linguagem paraclética, de uma moral paraclética, portanto, consoladora e que não sirva para escravizar as pessoas, ressaltando suas fragilidades nem classificando-as como más, desordenadas ou coisa

do gênero por conta de suas condições sexuais. Na expressão usada por (BOFF 1999) a moral cristã precisa, para ser terapêutica, assumir a dimensão do “cuidado” como princípio que norteie a prática pastoral que se reverbera na linguagem como uma forma comum de “ser-no-mundo”.

Interessante e oportuno aqui também seria mencionar que no âmbito do Protestantismo Tradicional, há o grupo religioso da Igreja Episcopal, Comunhão Anglicana, cuja experiência realizada através de suas ações pedagógico-pastorais que já desde há muito acolhem clérigas e clérigos LGBT, e como resultado dessa amorosa pastoral atrai milhares de LGBT em todo o mundo e que desenvolve anualmente encontros ecumênicos para dialogar sobre as Famílias Homo-Trans-Afetivas. E que recentemente decidiu em Concílio Nacional, estender a bênção sacramental e matrimonial às pessoas LGBT, assim como também temos conhecimento de que na Europa, a Igreja Anglicana, acolhe pessoas transexuais para um rito litúrgico no qual ela/ele é inserida/o na comunidade eclesial com seu “novo” nome escolhido mediante sua compreensão de si mesma/o no mundo.

3.4 Gênero e Sexualidade nas Teologias Feministas

A visão sobre sexualidade e gênero nas chamadas teologias feministas tanto no âmbito católico como evangélico, surge como um desenrolar das reflexões da Teologia Liberal, no caso da América Latina no âmbito da Libertação. A teologia feminista tem como marcos os livros *The church and the second sex* – 1968, e *Beyond God the Father* – 1973, de Mary Daly), na América Latina, ainda que já viesse surgindo um certo interesse sobre a questão da participação da mulher na Igreja e na teologia já nos fins dos anos 1960 e prosseguindo pelos anos 1970, somente nos anos de 1990 é que a questão de gênero passou a integrar o referencial teórico utilizado pelas teólogas feministas, especialmente graças a influência de teólogas norte-americanas e em seguida teólogas latino americanas e brasileiras.

Não se pode falar em teologia feminista, no Brasil, sem evocar a pessoa da teóloga Ivone Gebara, uma das mais conhecidas teólogas feministas da América Latina. Atuante nessa seara, próxima das discussões que envolvem as mulheres nordestinas, especialmente as mais pobres, desenvolve reflexões no âmbito da teologia feminista e ecofeminista. Surgem outros coletivos, como o “Católicas pelo Direito de Decidir” e muitas outras teólogas feministas evangélicas que graças as suas contribuições no campo das reflexões epistemológicas voltadas à teologia numa perspectiva puramente fenomenológica compreendem e nos legam uma

possibilidade de nos relacionar com a realidade onde o “hic et nunc” se apresenta como locus indispensável a essas bases teóricas.

As teologias feministas encontram na cotidianidade subsídios a partir dos quais podem elaborar uma teologia sólida e digna de ser considerada, tendo em vista o intento sublime do evangelho cristão que se pretende a oferecer uma acolhida universal e amorosa, um kerigma, sem as interferências de hermenêutica (s) ligada (s) a tempo e corrente (s) cristã (s). Como destaca Lira (2014):

Erradicar a violência contra as mulheres tem sido um tema prioritário como pauta da Teologia Feminista. Além da ampliação dos estudos sobre o Cristianismo e sua relação com a violência, foram realizados estudos sobre o Judaísmo e o Islamismo, sendo publicada a revista *Religião e Abuso*, durante quase dez anos, nos Estados Unidos, difundindo artigos, informações e resenhas bibliográficas sobre o tema. Seguiram-se outras iniciativas de promoção de ajuda às mulheres em situação de violência como o Projeto de Famílias da Paz, lançado em 2000 pela feminista islamita Sharifa Alkhateeb, falecida em 2004. Budistas, hindus e grupos indígenas têm organizado grupos próprios. Shamita Das Dasgupta, ativista indiana, junto com um grupo de colegas têm desenvolvido um trabalho para as mulheres imigrantes junto às comunidades asiáticas norte-americanas. (LIRA, 2014, p. 127)

É justamente analisando o dia-a-dia que as teologias feministas emergem produzindo uma visão epistemológica, rompendo com os padrões patriarcais. Temas como ambiguidade e liberdade são caros a essas teologias, pois uma teologia que ao menos tente responder aos anseios de homens e mulheres inseridos nos mais variados lugares marcados pela ambiguidade e pela privação de liberdade, e segundo Ivone Gebara, a liberdade nos possibilita um modo de pensamento que nos favorece a alteração de rotas que tomamos em nossas vidas, um afastamento de nossa grei, a capacidade de divagar e criar novas saídas a questões existenciais. Essa ambiguidade, compreendida como característica do cotidiano põe em cheque o ranço da epistemologia teológica patriarcal, visando a contemplação de ações inerentes ao proceder humano, entre eles o modo como encara sua sexualidade.

Certamente uma inovação ao campo teológico do pensamento feminista às questões de sexualidade e gênero, é sem dúvidas, a articulação que ele faz da ambiguidade com o fato de se apropriar das discussões em torno da sexualidade considerando o gênero como instrumental sujeito de análise, como fez Butler. Uma análise mais acurada da realidade de mulheres e homens, no intuito de revisitar questões ligadas a performances, naturalizadas e impostas mediante consensualidades sócio-políticas e favorecer a liberdade no âmbito de suas experiências existenciais consigo, com a natureza e com as outras pessoas.

3.5 Gênero e Sexualidade na Teologia Queer e nas Igrejas Inclusivas

Nos anos 1970 vivenciou-se uma abertura a movimentos políticos cuja base de militância era o questionamento do status quo branco, rico, masculino e heterossexual. Dos movimentos dois tiveram mais relevância pela organização e articulação que foram o movimento feminista e o chamado movimento gay (instaurado a partir de 1969). Estes movimentos políticos, deram impulso aos campos teóricos conhecidos como feminismo e estudos gays e lésbicos.

Não demorou muito para que outros campos fossem influenciados por essas novas perspectivas epistemológicas. No campo das discussões teológicas com aporte teórico permeado de diversos olhares, dando conta de “uma” teologia mais negra (tendo como marco o livro *Black theology and black power* – 1969, de James Cone). E como lemos na tese doutoral de André Muskoff: “Embora a reflexão de lésbicas, em grande medida, tivesse espaço na teologia feminista, uma teologia gay ainda não se articulava substancialmente.” E ainda como fonte histórica serve-nos a lista oferecida por Muskoff nesse trecho da mesma tese

A primeira publicação provavelmente seja *Is gay good?: ethics, theology and homosexuality* – 1973, de D. W. Oberholtzer. Ainda na década de 70 foi publicado *Towards a theology of gay liberation* por M. Macourt. Obras mais significativas datam apenas da década de 1990: *A place to start: toward an unapologetic gay liberation theology* – 1989, *A defiant celebration: theological ethics and gay liberation theology* – 1990, *Beyond our ghettos: gay theology in ecological perspective* – 1993, *Defying darkness: gay theology in the shadows* – 1997, de J. M. Clark; *Jesus acted up – A gay and lesbian manifesto* – 1993, de R. Goss; *Gay theology without apology* – 1993, de G. D. Comstock; *Know my name – A gay liberation theology* – 1995, de R. Cleaver. (BRUNELLI, 2000, p. 300)

A crítica que Muskoff faz dos estudos feministas e gays, que a priori, em seu modo de compreensão, em outras áreas, muitas vezes assumiu uma postura assimilacionista, que pareciam reclamar ou evocar uma “natureza feminina” específica, desconsiderando as relações de poder e os discursos opressivos que determinavam essa tal “natureza” (centrando o universo feminino apenas no dom natural para a maternidade, no cuidado maternal, na sensibilidade, na intuição feminina, etc.). A mesma tentativa de criar um homem e uma mulher segundo uma compreensão sócio histórica, marcada por naturalizações se percebe

com relação aos estudos gays e lésbicos e à teologia gay, quando se atribuem aos homens gays características relacionadas com esse universo feminino, daí se entende o querer relacioná-los com as artes e com tudo que remeta ao estereótipo feminino.

A desconstrução a partir destas categorias mostrou que tanto homens quanto mulheres aprendem a ser e viver como tal a partir de um complexo aparato de normas e regras de comportamento que definem os papéis de gênero vividos nos diversos âmbitos da sociedade. Desta forma, permitiram visualizar as conexões estabelecidas entre sexo (o dado físico-biológico) e gênero (o dado social) sem, muitas vezes, questionar a relação natural estabelecida entre esses dois e o dado sexual (a sexualidade), mantendo a orientação lógica do desejo para aquilo que se chama de “sexo oposto”. (MUSKOFF 2010, p. 29).

A ambiguidade contribui à construção do conhecimento e sua relação com a teoria e a teologia queer. Ainda precisamos avançar bastante sobre o conhecimento do significado de Estado laico e sobre qual o papel da Religião nessa circunscrição social. As questões de sexualidade e gênero ocupam sem dúvidas o centro de onde surge a maior das confusões sobre o conhecimento ou a falta dele no tocante à laicidade do Estado e o papel da Religião nessa composição.

Nessa linha de entendimento, surgem as igrejas ditas Inclusivas, que centradas numa mensagem livre de estereotipação, se lançam na tentativa de oferecer um Cristo “colorido”, “Cristo-Mãe” abrindo precedente para uma reflexão pós-crítica e subversiva, uma reflexão mais metafísica que a visão da Escolástica, sem receio de oferecer epistemologias contra hegemônicas, como recentemente temos lido uma pastora transexual apresentar o “seu” Cristo, transexualizado, e a própria noção de transformação de condição divina em humana, denotando essa capacidade divina de TRANSformar-se. Portanto, a Teologia Queer, parece encarar com mais suavidade pontos de discussão sobre sexualidade e gênero que demorarão para terem alguma unanimidade nas mais diversas correntes religiosas cristãs, desde as mais conservadoras às mais modernas.

3.6 Gênero e Sexualidade nos Movimentos Neoconservadores Cristãos

Esses tempos de grande confusão e pânico moral, de notícias falsas que se espalham, pessoas cheias de “notório saber”, profissionais de áreas relacionadas às Humanas, profissionais da Educação, especialmente, gente cuja visão é fechada e voltada apenas ao

campo da religião, têm se organizado em movimentos eclesiais ligados as igrejas cristãs, católicas e/ou evangélicas. Com uma “roupagem” neoconservadora, explicitam um desejo por descontinuidade dos processos vivenciados no seio de suas instituições e reivindicam posturas ultrapassadas, criando assim um grande impasse a respeito de questões no campo da moral cristã. G. Oliveira (2009) identifica pelo menos quatro diferentes correntes entre os grupos (neo)conservadores cristãos

Os católicos conservadores, no Brasil, podem ser divididos em duas vertentes distintas: a) os chamados “tradicionalistas radicais”, que condenam o Concílio Vaticano II como essencialmente equivocado e principal responsável pelos “desvios” que ameaçaram a Igreja Católica nas últimas décadas; b) os chamados “tradicionalistas moderados”, que consideram o Vaticano II como parte do ensino tradicional e infalível da Igreja e, portanto, atribuem esses desvios às interpretações equivocadas e/ou mal intencionadas dos teólogos modernistas e esquerdistas. Os movimentos reconhecidamente conservadores e ativos no campo protestante, por sua vez, podem ser igualmente diferenciados entre: a) os “fundamentalistas”, que se identificam explicitamente com os princípios e com a apologética agressiva do fundamentalismo norte-americano do início do século XX, o qual também vivencia um movimento de retorno desde os anos 1990; b) os “conservadores reformados”, que concordam com a maioria das posições do fundamentalismo, mas, se identificam diretamente, de forma absoluta, com a ortodoxia “calvinista” ou “reformada” representada e codificada especialmente pelas práticas e formulações do puritanismo britânico do século XVII. (OLIVEIRA, 2009, p. 345)

Desses impasses, obviamente que há alguns que recebem maior atenção desses verdadeiros cruzados morais cujas investidas são mormente na “renaturalização” das concepções de família, maternidade, filiação, parentesco, heterossexualidade, diferença sexual e de toda a ordem sexual. A estratégia utilizada por esses grupos neoconservadores para além de uma disputa honesta e coerente com suas linhas religiosas é antes embasada de uma postura escarnecedora que se presta a ridicularização e estigmatização daquelas/les que não se afinam às suas ideias. É bastante recorrente ouvirmos expressões do tipo destruidores da família, familiofóbicos, homossexualistas, gayzistas, feminazis, pedófilos, heterofóbicos, cristofóbicos, e por aí segue todo um florilégio de impropérios que esses movimentos cristãos neoconservadores disferem sobre as/os profissionais que se debruçam sobre esses estudos de sexualidade e gênero. É nesse sentido que Oliveira (2009) destaca a lógica da “apologética” como uma das características comuns e mais claramente definidoras desses grupos.

Uma lógica que se torna essencial para os movimentos conservadores cristãos, nesse contexto, é definida singularmente pela noção de “apologética”. Na tradição cristã clássica, a apologética – em referência indireta a “Apolo”, deus da retidão e da guerra – era a área da teologia

voltada para a defesa da fé cristã diante dos questionamentos e desafios levantados por outras formas de pensamento ou filosofia. No contexto contemporâneo, a noção de apologética é assumida principalmente pelos diversos novos grupos conservadores – católicos e protestantes – como a tarefa de defender os valores doutrinários, morais e sociais cristãos diante das ameaças representadas pela “modernidade” e pela “pós-modernidade”. É possível traçar um claro paralelo entre as concepções de “batalha espiritual”, para os neopentecostais, e de “apologética” para os neoconservadores. Ambas as concepções promovem uma ampla simplificação maniqueísta da realidade e possibilitam o desenvolvimento de um forte sentido de orientação e objetividade. Enquanto a batalha espiritual – muitas vezes considerada ridícula e/ou perigosa pelos neoconservadores – é referida a uma esfera espiritual paralela, entretanto, a batalha apologética é travada basicamente no campo das polêmicas intelectuais (OLIVEIRA, 2009, p. 349-350).

Uma hermenêutica que eles, em sua maioria chamam de “da continuidade” tenciona uma volta da sociedade aos tempos em que Igreja e Estado se confundiam e que os corpos eram regulados por uma autoridade eclesiástica que dispunha das formulações teóricas dos ditos, inimigos da Igreja: que as/os capturavam, reduziavam suas visões a teorias vazias, distorcidas e caricaturadas, passíveis de homogeneização para em seguida sofrerem repúdio institucional e popular. Eles têm um projeto definido e para alcançarem seus objetivos privilegiam certos tipos de alvos através dos quais poderão realizar com mais articulação e força em desfavor das questões que não forem do interesse de suas instituições. Por isso que como estamos acostumados a perceber, esses movimentos atingem em primeiro lugar gestores públicos, parlamentares, operadores do direito, magistrados, jornalistas, gestores e supervisores escolares.

4 IDEOLOGIA DE GÊNERO E PÂNICO MORAL NOS DISCURSOS DOS SITES CRISTÃOS (NEO)CONSERVADORES

A ideologia de gênero não é nada mais que a negação de que existem sexos ao nascimento, com a afirmação que a sexualidade é uma construção social, onde a pessoa escolheria o que deseja ser. É também implantada na linguagem, com a negação de gênero nas palavras, com a substituição das letras 'o' e 'a' pela letra 'x'; para dar um exemplo, a palavra menino, ou a sua variação no feminino, que seria a palavra menina, transformam-se em menin'x', visando a neutralidade. (VIANA, 2016, p. 1)

Este capítulo objetiva apresentar os sites analisados, sua origem, suas ligações institucionais, suas correntes político-teológicas, suas características etc. Assim como analisar o processo de construção da noção de “ideologia de gênero” nos *sites* (neo)conservadores e pretende mostrar como a noção é apresentada em cada *site*. Busca identificar as origens das primeiras postagens sobre “ideologia de gênero” e ainda objetiva percebermos se a noção tem apresentado alguma mudança ao longo do tempo. Tenciona trazer à luz como a noção de “ideologia de gênero” está intrinsecamente presente nos debates sobre educação nessas perspectivas. Veremos também os principais significantes articulados nos debates sobre “ideologia de gênero na educação”. Significantes como: Família, criança, Deus, moral, natureza, saúde, segurança entre outros. Questiona-se sobre quais as semelhanças e diferenças na forma em que os sites das diversas correntes conservadoras (católicas e evangélicas) articulam a noção de “ideologia de gênero”. O capítulo propõe, igualmente, uma reflexão muito urgente sobre a formação docente na contemporaneidade e avalia se é possível falar que os discursos desses sites têm contribuído para construir um pânico moral em torno das questões de sexualidade e gênero na educação brasileiras.

O termo "ideologia de gênero" é usado pelos críticos da ideia de que os gêneros são, na realidade, construções sociais. Para as/os defensoras/es desta noção de "ideologia", afirmar que não há apenas os gêneros "masculino" e "feminino", coloca-se em cheque o plano salvífico de Deus à humanidade que inclui aspectos sociais, familiares, de ordem religiosa, moral e que segundo essas/es defensoras/es a chamada "ideologia de gênero" representa o conceito no qual se embasa a **identidade de gênero**, que consiste na ideia de que os seres

humanos nascem "iguais", sendo a definição do "masculino" e do "feminino" um produto histórico-cultural desenvolvido tacitamente pela sociedade.

Essa noção relaciona a palavra gênero com o sexo atribuído, isto é, correspondente ao órgão sexual que o indivíduo nasceu (pênis é masculino, vagina é feminino). E para as/os que defendem essa nomeada “ideologia de gênero” – gênero é tudo aquilo que se projeta no sentido de performance e a cultura e a sociedade classificam como idiossincrático do comportamento feminino e/ou masculino. Ainda se observa disparate na compreensão sobre identidade de gênero (transgêneros, cisgêneros e não-binários) e orientação sexual. (Identificação sexual – preferência sexual de uma pessoa em relação a outra e tem como divisões algumas como: assexual, homossexual, bissexual, pansexual etc.). Dessa forma, para aquelas/es que disseminam o pânico moral sobre essas questões a “ideologia de gênero” se apresenta como uma alavanca dessas noções que ameaçam a imutabilidade e a limitada perspectiva das ciências biológicas.

Nos sites de movimentos religiosos cristãos neoconservadores, percebemos que a “ideologia de gênero” é acusada instantaneamente de mecanismo de doutrinação de crianças, de desconstrução dos conceitos *tradicionais* acerca de família, mormente aqueles conceitos arraigados nas variadas tradições religiosas e nos seus preceitos confessionais. Em nenhum momento se constata a importância dos debates sobre gênero e sexualidade, especialmente nas escolas, visando reforçar a necessidade de uma discussão ampla, séria e coerente com a mensagem evangélica. Uma discussão que possa gerar espaço para repensar o gênero. Há bem fortemente marcado o discurso da binaridade nos espaços que, supostamente, deveriam ser o *locus* da promoção de uma relação de igualdades entre as pessoas.

Como existe um fechamento a essa discussão, casos (excetuando-se, na visão evangélica neoconservadora, dos intersexuais) que são os casos de homens cuja formação biológica e hormonal é *masculina* mas nasceram com a genitália feminina e para esses casos eles classificam como dismorfia em decorrência de uma má formação na fase hormonal.

É muito comum se ouvir de líderes religiosos que o sexo de um ser humano por ser genético, antecede a questão da anatomia o que assevera que a criação é obra divina e, portanto, irrepreensível e sem possibilidade de equívocos e o que sugere que se há algo que destoe desse formato moldado ao longo da experiência humana há uma deformidade, uma aberração, um ser desviante, logo abre-se pressuposto à patologização por parte de pessoas ligadas às ciências e ao mesmo tempo têm base religiosa em sua formação.

Chega-se a apresentar a noção que elas/os julgam ser a assertiva de “ideologia de gênero” no campo da educação como um crime porque se considera que caberá a gestão

deliberar sobre o que as/os alunas/os deverão ou não aprender, rechaçando o direito de escolha da família em relação à metodologia aplicada ao ensino de suas/seus filhas/os e conseqüentemente enfatizam a necessidade do Estado intervir nos Planos de Cursos, visto que segundo o Plano Nacional de Educação esse possui como grave atribuição a oferta da Educação Básica e que nesse período a Escola se constitui numa afronta, taxam de doutradoras/es, as/os especialistas em Educação e criam assim um muro entre Escola e famílias cuja educação que ofertam em seus domicílios se rivalizam com as fortemente embasadas de seus preceitos, opiniões, crenças, tradições, sem que nesse processo se perceba a marca de uma doutrinação ideológica. Alegam também que é o gênero um conceito puramente de matiz ideológica e que sua manutenção se afirma na tentativa da anulação das diferenças e especificidades (naturais) de cada sexo e possibilita aniquilar o indivíduo em favor da articulação de agendas tendenciosas e movimentos que almejam a destituição da religião como formuladora da moral social que regula corpos e assassina corpos dissidentes.

Trabalharemos com a análise dos sites católicos **padrepauloricardo.org** e **cleofas.com.br**, do Prof. Teólogo-leigo Felipe Aquino e os sites evangélicos pertencentes à **Consciência Cristã** e o da **Visão Nacional para a Consciência Cristã**.

Falando das origens dos sites católicos analisados, ambos são herdeiros da visão eclesial e de mundo dos movimentos pneumáticos que pertencem à Renovação Carismática e cuja razão de existência é fazer reavivar o evento de Pentecostes, um novo vigor no Espírito. É importante ressaltar que determinada postura eclesial é considerada no catolicismo como quebra no paradigma litúrgico desde os primórdios da religião cristã católica romana. É um catolicismo protestante, no sentido que reivindica a perda de uma espiritualidade que segundo esses novos olhares religiosos foi-se perdendo por um cultivo excessivo de uma estética cúltrica em detrimento de uma afetiva e “tremenda” relação entre Deus e crente. Esse movimento, que tem origem nos Estados Unidos da América e está atrelado à Teologia da Prosperidade, não como a encaram os movimentos neopentecostais brasileiros na contemporaneidade, mas acentuam pontos como o do “galardão”, do “cêntuplo” da certeza que Deus faz prosperar o destino das/dos suas/seus.

Esses movimentos, no Brasil, tiveram muitas ramificações e surgiram como uma resposta às Teologias da Libertação e como tentativa de barrar as adequações em matéria de doutrina, de moral, de pastoral, de sacramentologia que propunha à Igreja Universal⁵, no Concílio Ecumênico Vaticano II e que, por conseguinte tencionou uma profunda abertura da

⁵ Expressão para se referir à Igreja Católica Apostólica Romana, já que o termo Católica em grego quer dizer universal.

Igreja ao *espírito da modernidade*, sendo assim surgem vários grupos insurrectos às novas orientações pastorais do magistério oficial, correntes que se fortalecem e se articulam em torno de Ordens, Congregações, Movimentos cujas espiritualidades e carismas tinham sido cunhadas antes do Concílio, apontando para o surgimento de seções que sempre fizeram barreiras às novas perspectivas do diálogo entre igreja e sociedade, igreja e modernidade, igreja e século, etc.

Nesse contexto nasce no Brasil, fundada por um ex-sacerdote salesiano, Padre Jonas Abib, hoje em dia monsenhor, na cidade de Cachoeira Paulista – SP, a Comunidade Canção Nova, do mesmo segmento renovador mas que tem como característica de um lado prezar por esse reavivamento espiritual, de outro manter-se preso a visões obsoletas que a igreja católica mantinha sobre pontos, especialmente relacionados à moral cristã, aquela moral medieval, hermética que a própria igreja já tinha iniciado uma revisão no Concílio Vaticano II em Roma com os Papas João XXIII e Paulo VI e o colégio episcopal do mundo inteiro. Essa nova comunidade se inicia com a finalidade de evangelizar a juventude, mas ao longo dos anos, vão entrando novos membros e toma outros rumos, havendo até uma grande expansão da comunidade pelo mundo, novos centros missionários sendo abertos em várias dioceses e países, membros leigos assumem postos relevantes no Vaticano etc. Em seguida, nasce o Instituto de Formação Sacerdotal, aonde acorreram inúmeros rapazes que graças às homilias de padres ligados ao movimento e cujo teor eram sempre sobre temas *polêmicos* ligados a sexualidade, virgindade, castidade, consagração, expiação, oferta de si, amor pela dor e pelo sofrimento. Uma espiritualidade melancólica e ao mesmo tempo agressiva para com todo o mecanismo de pecado, gerando assim uma nova grei de religiosas/os que novamente deixavam de seguir as orientações que a igreja magisterial parecia apontar na América Latina para cair numa vivência nostálgica e ressentida semelhante aquelas experiências vividas pelas/os santas/os no período medieval, período de grandes milagres, de grande supervalorização de uma religiosidade animada por essas manifestações divinas esdrúxulas.

O que dá início a novas correntes religiosas e de espiritualidade dentro do catolicismo romano, de um lado um clero crítico, sequioso por uma religiosidade mais encarnada, mais inserida à realidade popular, como apontou os documentos oficiais do Concílio e as muitas cartas pastorais que os bispos fizeram publicar-se em todos os países, assim como as Conferências Nacionais dos Bispos também reiteram a letra conciliar e de outro um clero saudosista, apegado às superficialidades da rubrica sacramental e litúrgica, ciosa dos termos da Escolástica Medieval e de outro lado, ainda, um clero que ensaia uma vivência dentro do catolicismo, mais pentecostal, onde eles pudessem dar impulso àquelas reuniões

sem a presença do sacerdote, é o protagonismo do laicato dentro de uma instituição profundamente clerical, pontifical, experiência essa que os possibilitaria fazer uma imersão naquele senso eclesial dos Atos Apostólicos e a qual dessem vazão ao uso dos dons espirituais, como glossolalia, cura interior e física, profecia e ciência e o dom de discernir entre espíritos bons e maus.

Desse clero dividido saem vários tipos de padres cujos perfis destoam do *clericat* (próprio do clérigo) e que passam a entender a religião mediante suas próprias conveniências e afiliações ideológicas, doutrinárias. É nesse cenário de liberdade e descentralização de autoridade Papal e episcopal que surgem os representantes dos movimentos carismáticos no Brasil: Padre Jonas Abib, Padre Eduardo Dougherty, Padre Léo, Padre José Augusto, Padre Marcelo Rossi, entre outros. E dentro desses mesmos movimentos surgem novos outros com visões mais tradicionalista, cuja hermenêutica reivindica uma religiosidade mais apologética, menos tolerante no tocante ao diálogo com os assuntos seculares e que resgatam axiomas latinos referentes à igreja e sua teologia repetidos no período medieval, como: [Roma locuta, causa finita est – Roma falou, a questão está terminada], [Extra Ecclesiae, nulla salus – Fora da Igreja (Católica Romana) não há salvação] etc.

Desse novo grupo sairá os dois mentores dos sites que escolhemos para fazer nossa análise. Um deles é o Padre Paulo Ricardo, sacerdote da diocese de Palmas no estado de Tocantins, é famoso por ser um dos mais combativos padres, senão o maior, no Brasil, da chamada ideologia de gênero e suas palestras são uma verdadeira sentença inquisitorial às pessoas LGBT, às questões sobre sexualidade, aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Ele também é conhecido por atacar a forma “mundana” com a qual os seminários católicos formam os seus seminaristas expondo suas almas à perdição eterna e fazendo deles hereges em potencial da sã doutrina de Cristo.

No princípio de sua atuação na mídia, o Padre Paulo Ricardo utilizou do espaço na TV Canção Nova, da Comunidade Canção Nova, através de encontros, congressos, seminários de vida no Espírito, acampamentos de oração, todavia hoje em dia mantém um site e ainda publica inúmeros livros que tem grande amplitude no mundo católico romano e muitas pessoas seguem suas orientações que são como comandos a colocar em ponto de marcha uma geração de novos cruzados da moral e da higienização da religião.

Figura 1 - Ideologia de gênero A



Fonte: <https://padrepauloricardo.org/blog/esoterismo-racismo-e-discriminacao-as-origens-da-agenda-de-genero>, 2017

O outro site é mantido por um Teólogo, leigo, professor dos sacerdotes da Comunidade Canção Nova, o Professor Felipe Aquino, que também é herdeiro desse movimento pneumático e que depois sofre influência de uma visão tridentina e tomista sobre a doutrina da igreja, apresentando assim um rosto de uma igreja romantizada, solene, de grande pompa, mas uma igreja punitiva, intolerante, fechada e colonialista. Apresenta programas de rádio e TV, é engenheiro mecânico, professor, tem artigos publicados no campo da teologia moral e escreve diariamente no portal da TV Canção Nova e no site da Editora Cleófas, criada por sua esposa e que publica seus livros: tudo efetivamente ligado à Renovação Carismática Católica. Ele leciona História da Igreja no Instituto de Teologia Bento XVI, da diocese de Lorena SP, seus livros todos têm cunho apologético e dá prioridade a temas como: namoro, casamento, família e espiritualidade. No ano de 2012, o então Papa Bento XVI lhe concedeu o título de Cavaleiro de São Gregório Magno.

Figura 2 - Ideologia de gênero B

The screenshot shows a web browser window with the URL <http://cleofas.com.br/page/3/?s=ideologia+de+gênero>. The page displays two news articles. The first article, titled "BISPO ALERTA: A IDEOLOGIA DE GÊNERO É CAMINHO DE AUTODESTRUIÇÃO", is dated 23 de setembro de 2016 and is by Prof. Felipe Aquino. It features a graphic of a pink female symbol and a blue male symbol intertwined. The text mentions that according to the site ACI Digital, on 22/09/2016, the Archbishop of Pamplona-Tudela (Spain), Dom Francisco Pérez, explained in a recent pastoral letter the importance of Europe remembering its Christian roots and warning about the ideology of gender that is expanding across the continent, qualifying it as a path to "self-destruction". The second article, titled "CARDEAL ALERTA: A IDEOLOGIA DE GÊNERO BUSCA DISSOLVER A FAMÍLIA E ACABAR COM O MATRIMÔNIO", is dated 15 de setembro de 2016 and is also by Prof. Felipe Aquino. It features a photo of a man in clerical attire. The text states that on 14 de setembro, ACI Digital reported that the Archbishop of Caracas and Primate of Venezuela, warning the faithful that the ideology of gender seeks to dissolve the family and destroy the natural or traditional marriage formed by a man and a woman. Both articles include a "CONTINUE LENDO" button and a "MARCADO" section with relevant tags.

Fonte: <https://cleofas.com.br/a-ideologia-de-genero>, 2017

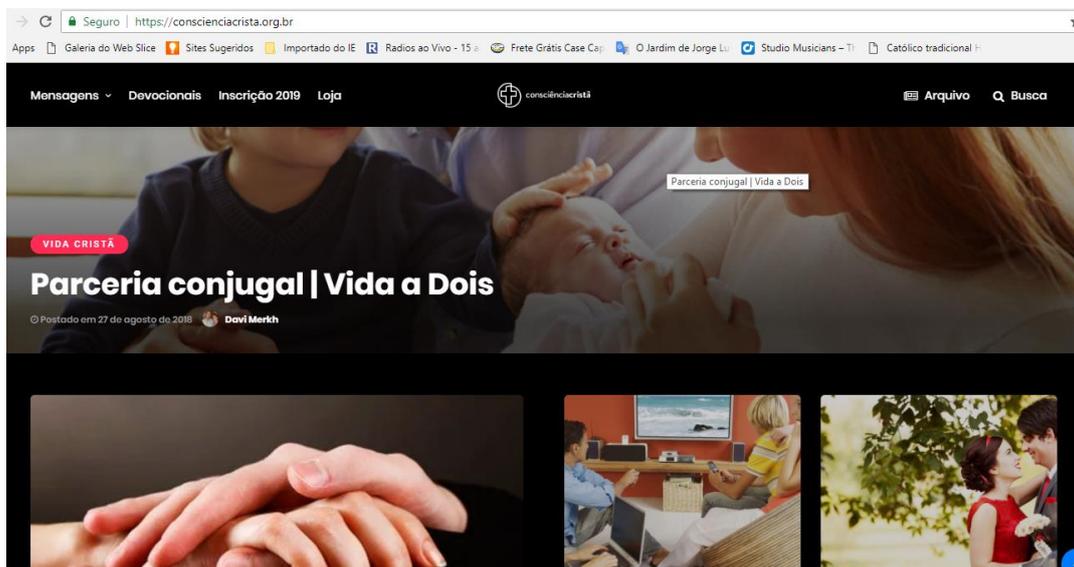
Nos servirá também de análise e subsídio às nossas conclusões os sites ligados ao público evangélico: o da Consciência Cristã e o da Visão Nacional para a Consciência Cristã - vinacc.org.br e visaocrista.com, cujas correntes teológicas seguem praticamente as mesmas linhas das tomadas pelos sites católicos de linha neo conservadora e, segundo descrição do próprio site a Consciência Cristã é um oásis de fé e temor a Deus que o evangelismo encontrou no Brasil a duas décadas, onde em resposta à forte profanação que ocorre no país pelos pecados cometidos na festa do carnaval, especialmente em Campina Grande – PB, onde acontece o evento, ocorre outro evento (Nova Consciência) movimento ecumênico e inter-religioso que visa dialogar com todas as tradições religiosas e não-religiosas no sentido de criar uma cultura de paz e tolerância.

No evento que é praticamente uma versão apologética do inter-religioso e cultural que já existia e surge com quase o mesmo nome, sendo apresentado como uma Consciência única a ser considerada, a Cristã, apresentam-se expoentes principais do evangelismo no Brasil, para segundo o site do evento oferecerem um espectro de fé à igreja em meio ao deserto que se encontra a mesma. A princípio era um encontro preocupado, segundo eles mesmos, com o avanço do neopentecostalismo, e a implementação de um evangelho destoado da Bíblia, surge a Consciência Cristã, tendo por presidente da Visão Nacional Para Consciência Cristã (VINACC), e

o idealizador do evento, o Pastor Euder Faber. O evento seria um caminho indo na contramão de todas essas novas perspectivas evangélicas e que dão margem a leituras de um evangelismo queer, feminista, libertário (com influência dos estudos feministas, lésbicos e gays).

Sendo no período do carnaval, não seria de esperar outros temas sobre os quais esses líderes exporiam suas preleções, os temas sobre moral cristã são mormente recorrentes e o evento mantém um site que dá gênese a outras ramificações com o mesmo fomento moral à igreja no sentido de fazê-la acordar ao perigo da modernidade e suas possibilidades de entrelaçamento do rebanho. Com um conteúdo sofisticado e sob a justificativa de que o evento existe para: exaltação a Cristo, defesa da fé cristã, propagação do Evangelho, edificação da igreja e servir o próximo, pastores e teólogos, ministros e demais figuras das hierarquias evangélicas encontram espaço à transmissão de suas visões sobre variados temas que durante os seis dias podem se munir de argumentações, ao que parece unilaterais e fundamentalistas e, se decidirem em engrossar as fileiras dos neo cruzados da moral.

Figura 3 - Família heteronormativa



Fonte: <https://conscienciacrsta.org.br>, 2017

A construção da noção de “ideologia de gênero” nos sites neoconservadores segue uma lógica bastante definida e profundamente articulada com as concepções que vão desde as presentes nos textos bíblicos e são corroboradas por instituições religiosas cristãs a organizações como o Movimento Pró Vida e Pró Família e mais recentemente estão se articulando com a Pastoral da Criança, visto que segundo eles a infância é um dos alvos da tal ideologia. A noção veiculada assegura que as consequências negativas de “centralizar tudo em

uma sociedade de bem-estar material”, e entre elas destaca “a ideologia subjacente que pretende marginalizar e eliminar a Deus” e o fato de que a ideologia de gênero tenha “transtornado e deslocado a pessoa da sua própria identidade”.

A partir desse ponto de vista, a noção que se constrói com esse conteúdo transmitido nos sites dos movimentos cristãos neoconservadores indica que se desvaloriza sobremaneira a pessoa *convertida* em um puro objeto para os desejos e caprichos de cada uma/um. E segundo esta ideologia “o sexo já não é um dado originário da natureza, que o ser humano deve aceitar e encher pessoalmente de sentido, e sim um papel social sobre o qual se decide autonomamente, quando antes era a sociedade que decidia. Considera como falácia profunda as teorias de gênero e como revolução antropológica a complexa ideologia que desnaturaliza e paralisa a família e que, se convertera “um caminho de autodestruição caso seja implementada e valorizada.

Segundo essa noção há uma eliminação da identidade biológica e sexual das pessoas e a discussão sobre ideologia de gênero impedirá que as crianças se manifestem como são: meninas ou meninos. **O tema é sempre classificado como absurdo.** Lê-se nessas postagens sobre a missão da igreja em alertar as famílias e as/os educadoras/es sobre governos ateus e materialistas que estão querendo impor através de lei, que as escolas sejam obrigadas a impedir que as crianças aprendam que os seres humanos se dividem em dois gêneros: masculino e feminino. “Esta “ideologia de gênero” proíbe os professores e educadores, a tratem as crianças das Creches e Escola infantis como menina ou menino, João ou Maria. São apenas crianças. Elas virão a saber de seu sexo quando estiverem mais amadurecidas. Absurdo! ”, disse Dom Luiz Mancilha, arcebispo de Vitória – ES.

Figura 4 - Noção de ideologia de gênero e pânico moral



Fonte: <https://padrepauloricardo.org/blog/entre-a-propaganda-e-a-verdade-a-historia-secreta-da-ideologia-de-genero>, 2017

Figura 5 - Ideologia de gênero C

A Ideologia de Gênero é uma grande peça publicitária. Apoiada pelo discurso dos "direitos sexuais", da "tolerância" e da "misericórdia", palavrinhas politicamente corretas e além de qualquer suspeita, muitos são levados a considerá-la algo inofensivo ou mesmo um grande progresso para a civilização. Aquele que a ela se opõe, por outro lado, é visto como pessoa antiquada, de visão obtusa e reacionária, ainda que salte "aos olhos a profunda falsidade dessa teoria". Foi também assim que rotularam a imprensa judia quando esta denunciou as obscenidades do *nacional-socialismo*, logo que Hitler subiu ao poder. Ora, quem, em sã consciência, se posicionaria contra um projeto político que apenas visava a "reconstrução" da Alemanha? De maneira análoga, como é possível se opor à felicidade daqueles que desejam a mudança de sexo?

Fonte: <https://padrepauloricardo.org/blog/entre-a-propaganda-e-a-verdade-a-historia-secreta-da-ideologia-de-genero>, 2017

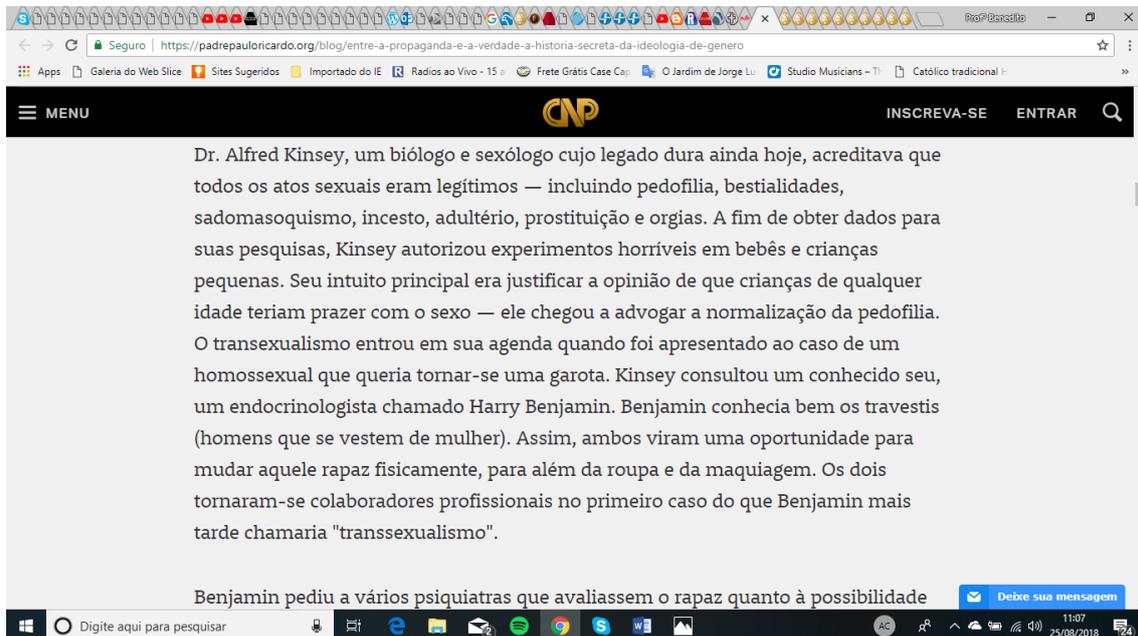
É curioso como a construção dessa noção passa por uma relação com algo de obscenidade, e até associada ao regime nazista de Hitler em analogia que levará o leitor a suspeitar da correta posição de sujeitos e atores envolvidos nessas postagens. Faz trocadilhos com questões muito delicadas, no intuito de gerar uma catarse na qual o leitor apenas vislumbre as graves conclusões feitas por essas postagens e rechace assim toda e qualquer possibilidade de consideração dessas pautas, já que elas afrontam a Deus, ao Estado, à Religião, à Ordem natural imposta pela cultura hegemônica etc.

Figura 6 - Ideologia de gênero D

O passado secreto da *Ideologia de Gênero* está longe de ser misericordioso, tolerante e feliz. Tudo começou na década de 1950, nas clínicas universitárias. Neste período, inúmeras cirurgias de mudança de sexo (precisamente de homem para mulher) foram realizadas de forma experimental. Na década de 1970, quando vieram os resultados científicos de todas aquelas experiências, não havia qualquer índice de que o procedimento fosse seguro. Pior. As evidências de que se tratasse de algo nocivo eram gritantes. As clínicas decidiram não mais realizar aquele tipo de operação.

Fonte: <https://padrepauloricardo.org/blog/entre-a-propaganda-e-a-verdade-a-historia-secreta-da-ideologia-de-genero>, 2017

Figura 7 - Patologização da “ideologia de gênero”



Fonte: <https://padrepauloricardo.org/blog/entre-a-propaganda-e-a-verdade-a-historia-secreta-da-ideologia-de-genero>, 2017

Outra forma que se constata nessas postagens com a finalidade de construir essa noção é desqualificar as pesquisas desenvolvidas e apresentar de forma equivocada conclusões de estudos sérios nesse sentido, considerando-as como bestialidade, pedofilia, incesto, adultério, prostituição etc. Deixando a sociedade cada vez mais em desacordo com os estudos e pesquisas. Essas postagens também tencionam fazer uma relação da vida privada dessas pessoas envolvidas com as pesquisas com a idoneidade delas mesmas, tendo como parâmetro comparativo, a moral cristã, geralmente medieval ou até mais obsoleta cujos princípios remontam aos tempos da experiência do povo hebreu na Bíblia.

Não seria diferente e esperar que a sociedade que valoriza muito a prática homilética do clero, agisse em dissonância dessa práxis. Obviamente que essa noção apresentada como algo pernicioso porque é dúbia, sorrateira, sutil. Que libera os seres humanos do jugo de Deus.

O Padre Paulo Ricardo reitera que o povo brasileiro não aceita uma terceira coisa que as/os “ideólogas” e “ideólogos” de gênero querem impor às crianças. E que essa *coisa* objetiva a destruição da infância e da família brasileira. Ele deixa claro em suas postagens que gênero e sexo são a mesma coisa e que quem criou o problema foram as/os “ideólogas” e

“ideólogos” ao apresentarem a palavra gênero, por ser mais amena e, portanto, menos agressiva à sociedade ciosa de princípios tradicionais e cristãos. Segundo ele, o ‘perigo’ está mais camuflado do que se pode cogitar e que o plano para introduzir a “ideologia de gênero” nas escolas, não há nenhuma dúvida que todo este processo visa, no final, destruir a família, célula que sustenta, desde as mais longínquas datas da história humana, o homem. Na família todos os valores cristãos podem ser praticados, mas em uma sociedade sem família, onde o “estado” fica responsável pela educação desde o nascimento das crianças, será uma outra sociedade, onde muito provavelmente as camarilhas é que vão se perpetuar no poder.

Há uma tentativa desse site em apresentar a educação brasileira como uma estratégia das “minorias” – *rejeitadas, recalcitrante* em colocar pela porta dos fundos a discussão sobre “ideologia de gênero” no PNE e diz que existe uma onda estarrecedora de educadoras/es que vêm promovendo uma lógica de quebra nos padrões de sexualidade que a sociedade está ciente e “catequisada”.

Nesse momento da agenda, seus defensores pretendem criar um sistema educativo e pedagógico dentro do qual um dos passos seja permitir que a pessoa não se sinta reconhecida na sua natureza. Sob essa perspectiva, ela mesma, com o passar do tempo, poderia descobrir qual é o seu estado natural e, assim, “decidir” se é homem ou mulher. Essa suposta decisão vem acompanhada de um aniquilamento da pessoa, substituindo-a por alguém sem identidade. Disponível em: <https://formacao.cancaonova.com/atualidade/sociedade/o-que-e-ideologia-de-genero/>.

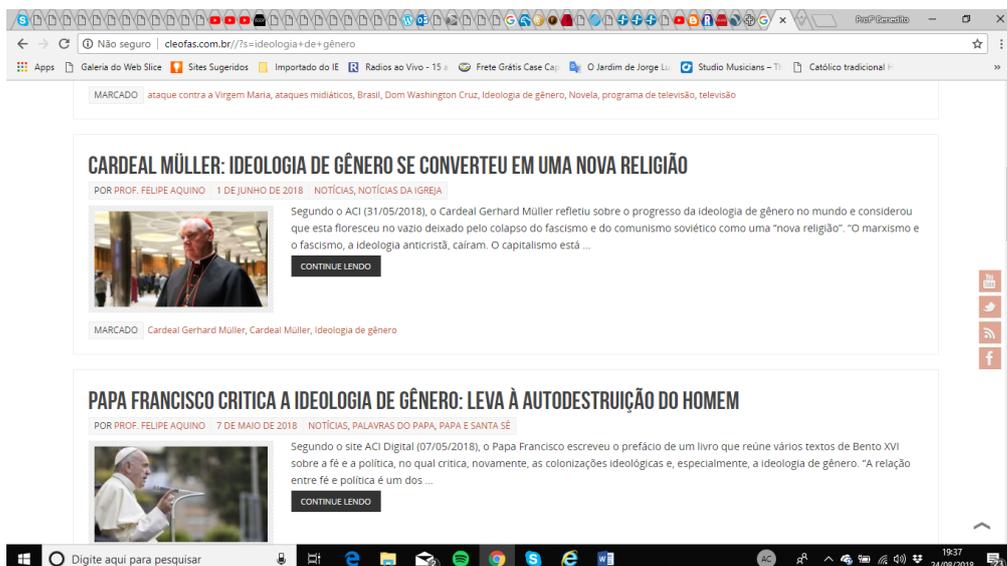
Segundo as postagens presentes nesses sites, a humanidade, ao longo da história, tem sido bombardeada por modismos, ora ligados à moda, ora à cultura e, outros mais, um pouco mais profundos, que pretendem mudar a nossa forma de viver. É o caso da ideologia de gênero, onde suas/seus “ideólogas” e “ideólogos” afirmam que ninguém nasce homem ou mulher, mas que cada um deve construir a sua própria identidade. Segundo essas noções presentes nos sites desses movimentos neoconservadores, as/os “ideólogas/os”, são as pessoas que devem definir se querem “ser homens ou mulheres”. Elas ressaltam que para as/os “ideólogas/os” não existem homem ou mulher, pois é cada um que deve inventar sua própria personalidade, por mais absurdo que isto possa parecer. Além de passar para as/os fiéis que, Butler, diz que não se pode mais falar em ‘mulher’ sob perigo de aprisionar a mulher na visão patriarcalista e, portanto, o termo ‘gender’ é o único que é favorável ao movimento que promove a destruição da família tradicional.

O site assevera que todas estas ideias, foram estimuladas, a partir da filosofia comunista, iniciada por Max e Engels. Chamam as sociedades até as economicamente desenvolvidas e ditas como democráticas, estão também contaminadas. E apresentam o caso dos países nórdicos: Suécia, Dinamarca, Holanda, etc., verdadeiras economias desenvolvidas e consideradas democracias sociais, onde o ser humano acaba, cada vez mais, sendo apenas um número e, nada mais, onde o aborto, eutanásia, e outros males, já se tornaram leis.

Eles propõem que o governo monitore as produções da academia sobre educação, suas publicações, o livro didático, que se criem critério para essas produções e que os parlamentares usem de toda intolerância sobre questões de formação de professoras/es e chegam a suscitar que se recrie o Index Librorum Proibitorum, (Índice dos Livros Proibidos, lista com títulos proibidos à leitura do povo católico romano, na Idade Média) livros considerados inimigos da fé e por conseguinte da Igreja e que o fato de alguém lê-los acarretaria várias sanções, inclusive as agruras do Tribunal da “Santa” Inquisição, com critérios mais investigativos e que as/os professoras/es possam receber uma catequização.

As primeiras postagens sobre “ideologia de gênero” nos sites dos movimentos cristãos neoconservadores é apresentada como essa confusão que tenta aniquilar as diferenças biológicas e, recentemente está sendo apresentada como um caminho à destruição e autodemolição da sociedade, colocando em risco todos os pilares que sustentam e a mantêm. Há igualmente a tentativa de apresentar a “ideologia de gênero” como uma religião o que certamente causa grande desconforto em quem recebe o tal conteúdo sem as devidas “lentes” através das quais se possa analisá-lo e interpretá-lo.

Figura 8 - Ideologia de gênero E



Fonte: <https://cleofas.com.br/a-ideologia-de-genero>, 2018

O site traz uma reflexão sobre o progresso da “ideologia de gênero” no mundo e considera que esta floresceu no vazio deixado pelo colapso do fascismo e do comunismo soviético a semelhança de uma “nova religião”.

O marxismo e o fascismo, a ideologia anticristã, caíram. O capitalismo está em crise. Havia lugar para a verdadeira filosofia, para a teologia e para a religião cristã. Mas as pessoas preferiram inventar uma nova religião, que acredita no ser humano em vez de Deus”, disse o Prefeito Emérito da Congregação para a Doutrina da Fé em 25 de maio de 2018. Disponível em: www.cleofas.com.br

*Segundo o entendimento dessas correntes neoconservadoras a nova “religião” ateia e a perseguição religiosa (ao catolicismo) se camuflam no pretexto de que vivemos em um Estado laico, e pode ser que a “ideologia de gênero” venha a se tornar o pior instrumento de perseguição religiosa, pois se trata de uma perversão compulsória das mentes, desde a primeira infância. E quem se opuser será uma vítima da fúria dessa nova religião, como já ocorre hoje, por exemplo, na Alemanha, onde pais são presos por impedirem seus filhos de assistir às aulas de “educação sexual”. Apresenta a noção de que a agenda do movimento LGBT está a serviço — conscientemente ou não da parte dos que a defendem — de uma nova “religião” de fato. É evidente a falácia que o que eles chamam de “ideologia de gênero” é religião por que a mesma possui uma doutrina estabelecida que é a “ideologia de gênero, por si mesma. Possui um culto definido que seria a idolatria do igualitarismo, extremista e completamente antinatural e que tem como práxis litúrgica a libertinagem, seus sacerdotes são os líderes feministas e dos movimentos LGBT, seus acólitos a grande mídia em geral e setores do governo e — até — ativistas infiltrados até na Igreja Católica, seus cânones: as várias leis “anti-homofobia”, que ameaçam até os mais pacíficos e ordeiros pais-de-família e religiosos e por fim sua excomunhão é o epíteto vago e terrível de “homofóbicos”, lançado contra os que se opõem à *Ideologia de Gênero*.*

Segundo a ONG dos “Padres Objetoires”, o que falta a essa “religião” seria um “catecismo”; e para suprir essa ausência jurídico-canônica, a imposição do ensino da “ideologia de gênero” nas escolas se revela como uma iniciativa dessa agenda revolucionária e perversa que incentiva as perversões sexuais (incesto, pedofilia, etc.) ainda tenta criminalizar toda oposição que se faz a ela, e o que resultará na perda total do controle dos pais sobre a educação dos filhos e uma consequente extinção da instituição familiar.

Figura 9 - Ideologia de gênero F



Fonte: <https://padrepauloricardo.org/ideologia-de-genero>, 2018

O Cardeal deu a declaração, como leremos a seguir, antes da apresentação da edição italiana do livro de Daniel Mattson: “Why I Don’t Call Myself Gay”. Mattson declara no seu livro que desde criança sentiu-se atraído pelo mesmo sexo, no entanto vive em estado de castidade e o mesmo é membro da organização Courage, que ajuda pessoas que, como ele, querem viver uma vida casta marcada pela oração, o companheirismo e o apoio mútuo, o que lhe rende muitos elogios por parte do cardeal e de grande parte do clero europeu, por não se classificar como gay, mas como “Filho de Deus”, minando assim a importância política de os LGBT se auto afirmarem sobre questões de sexualidade e gênero como consequência, assumirem frentes combativas ante a episteme heteronormativa que aniquila corpos e considera uns padronizados em detrimento de outros que estão fora do plano divino, exotificados, patologizados, demonizados etc.

As pessoas não podem se classificar segundo a sua orientação sexual”, disse o Cardeal Müller. “Não temos seres humanos mais especiais do que outros. O homem deve se descrever de acordo a sua pessoa e com o fato de que ele é criado à imagem e semelhança de Deus e da sua vocação à Vida eterna.(Disponível em:www.padrepauloricardo.org)

Mencionando a questão da Pastoral para os homossexuais, a fala do Cardeal assinala que “a Igreja sempre respeitou a pessoa humana em toda sua complexidade e totalidade, para além de qualquer categorização”. E destacou que:

Na ideologia de gênero se pode contar dezenas de gêneros, enquanto o ser humano é criado como homem e mulher: esta é a nossa natureza, e a vontade

de Deus Criador se expressa nesta natureza. (Disponível em: www.padrepauloricardo.org)

Essas postagens sublinham a necessidade que as pessoas religiosas têm de resistirem às/aos “ideólogas” e “ideólogos” que querem mudar toda a sociedade, impondo-lhe o seu pensamento como uma violência e uma imposição de um pensamento único, pois, segundo o site os grupos ideológicos costumeiramente “atacam todos aqueles que não pensam como eles, insultam, inclusive destroem a dignidade humana das pessoas que pensam de forma diferente”. Disse que as/os “ideólogas” e “ideólogos” formam “um lobby, uma organização com seus próprios interesses”. “Podemos falar de qualquer coisa no segredo de confissão e com cuidado pastoral, mas nenhum homem pode se identificar com uma categoria que realmente não existe”, acrescentou. Também destacou que esta construção vem do pensamento marxista, pois a “lógica marxista afirma que a mente não reconhece a realidade, mas constrói a realidade: quando o partido comunista diz que água é leite, todo o mundo deve acreditar”.

No campo da educação, os dois sites reiteram que apesar de aprovado pelo Congresso o PNE, em nível nacional, sem a ideologia de gênero, o Ministério da Educação, em atitude de desrespeito à lei, tentou impor esta ideologia nos planos estaduais e municipais de educação. E que foi graças à conscientização do povo católico e cristão, na maioria absoluta de estados e municípios onde foi votada a lei, que a ideologia de gênero foi derrotada.

A noção de “ideologia de gênero” e os debates sobre educação nessas postagens vão sempre na direção da criação de um verdadeiro pânico moral em torno das questões sobre a chamada “ideologia de gênero” chegando a provocar na sociedade esse impasse gerado pelo medo, ou se deixa seduzir pela ofensiva cristã ou corre-se o risco de terem seu direito de ir e vir confiscado. Segundo informações do site Cleofas existe uma ONG no Chile denominada de ‘Padres Objetores’, dedicada a monitorar a “ideologia de gênero” e proteger os direitos dos pais e das crianças. E como vimos é missão desses ‘Padres Objetores’, investigar e denunciar o que não lhes parece bem, nem conveniente, no tocante às ações do movimento LGBT, ações essas que segundo eles são atividades que sexualizam as crianças. Isto é, mostram opções de vida de pessoas adultas a crianças. E por não estarem de acordo e rechaçam de maneira aberta e conclusiva a discussão nos colégios confessionais. Segundo o Padre Francisco Fritis, presidente de “Padres Objetores”, as crianças se constituem como o troféu que a imposição do estilo de vida homossexual busca e ainda denuncia que essa imposição faz parte de um projeto político que vem de goela abaixo imposto pela ONU (Organização das Nações Unidas, pela OEA (Organização dos Estados Americanos) e que goza do aval de governos de vários países.

Em entrevista, o Padre Fritis disse ao site Cleofas que eles não eram homofóbicos apenas são contra o ativismo LGBT que impõe sua visão mediante a promoção de uma “ideologia de gênero” que se não fosse o combate da igreja católica de outro modo, concluiu, “teriam homossexualizado a todos, e todos estariam falando sua linguagem e aceitando seus costumes”. Neste contexto, a ONG se opõe à resolução do Ministério de Educação, a qual pede que todos os colégios do Chile incluam no calendário escolar o dia 17 de maio, “dia internacional contra a homofobia, a transfobia e a bifobia”.

Há uma convocação para que as/os católicas/os estejam em estado de alerta perene, pois segundo essa cruzada contra a “ideologia de gênero” não se pode dar tréguas às/aos “ideólogas” e “ideólogos” uma vez que o fato de conseguirem barrar a inserção desta ideologia nos planos de educação, as/os “ideólogas” e “ideólogos” deste tema e de outros assuntos correlatos, continuarão tentando bombardear a família e a religião, em especial a católica. Reiterando que a defesa à Vida e à Família é dever de todos os cristãos.

Figura 10 - Ideologia de gênero G



Fonte: <https://cleofas.com.br/a-ideologia-de-genero>, 2018

As postagens denunciam que a palavra família, considerada sagrada por exemplo, consta em documentos da ONU, mas não em seu sentido natural, ou seja, de uma instituição constituída por pai, mãe e filhos, mas também qualquer coabitação entre duas pessoas, mesmo sendo ambas do mesmo sexo, com vistas a manter relações sexuais. Os principais significantes articulados nos debates sobre “ideologia de gênero na educação” nos sites analisados como: Família, criança, Deus, moral, natureza, saúde, segurança e outros são

expostos no intuito a provocar um desconforto diante das consequências dessa “ideologia”, que será a sociedade perder definitivamente as noções de diferenciação entre homem ou mulher, seríamos polimorfos, que todos os tipos de relações sexuais, mesmo os mais aberrantes, teriam igual valor; chegaríamos à eliminação do casamento, eliminação do pátrio-poder, à concessão dos “direitos sexuais e reprodutivos” às crianças e aos adolescentes, chegando à extinção total da família, porque qualquer união sexual originaria uma “novo tipo de família”. Se tudo é família, nada é família. Demolição da sociedade pela destruição de sua célula básica, a família.

Figura 11 - Ideologia de gênero H

The image shows a screenshot of a web browser displaying an article on the website cleofas.com.br. The article title is "LOUCURA CRIMINOSA: A IDEOLOGIA DE GÊNERO QUE CASTROU E TORTUROU UM MENINO DE 2 ANOS ATÉ LEVÁ-LO AO SUICÍDIO". The author is Prof. Felipe Aquino, and the date is 29 de Junho de 2015. The article discusses the "theory of gender" and the case of John Money and the Reimer twins. It includes a video thumbnail titled "TORTURA DE GÊNERO UM DOCUMENTÁRIO" and a source link at the bottom.

Fonte: <https://cleofas.com.br/loucura-criminosa-a-ideologia-de-genero-que-castrou-e-torturou-um-menino-de-2-anos-ate-leva-lo-ao-suicidio>, 2018

Segundo essa noção transmitida nesses sites há uma verdadeira invasão das consciências para obter a aceitação dessa “ideologia”, da prática homossexual e dos assim chamados “direitos sexuais e reprodutivos”, que são atualmente as principais “conquistas” da “nova moral”.

Outro ponto que essa noção sobre “ideologia de gênero” dissemina é o fato de apresentar as/os “ideólogos/os de gênero” apregoam que a família natural não passa de um estereótipo, e que a saída para a destruição dessa instituição é a inevitável dessexualização da paternidade. A partir dessa noção a prole deixa de ser o fruto de uma relação sexual sadia entre um homem e uma mulher para ser gerada de modo artificial por quaisquer grupos

sociais. Havendo supervalorização de métodos temerários como os da fecundação in vitro, sem mencionar ainda o interesse e a promoção de práticas objetivamente tiranas, como a da "barriga de aluguel".

Essas postagens deixam no ar a possibilidade de dedução de que o simples falar do direito que uma criança tem em ser educada por seu pai e mãe já é considerado ofensivo. Os LGBT não só passam a ter o "direito" de adoção, como as suas relações são alçadas à categoria de "modelo", não obstante as sérias e abalizadas objeções de quem viveu na pele o drama de ser criado por pares do mesmo sexo. Será que é assim mesmo?

Segundo eles a maior parte das crianças criadas por 'pais gays' têm dificuldades com sua identidade sexual, ou está se recuperando de abusos emocionais, ou está lutando contra o vício nas drogas, ou estão tão feridas por sua infância, que lhes falta a estabilidade de vir a público e encarar os ataques de um lobby gay cada vez mais totalitário, que recusa a admitir que haja algo errado em tudo isso."

Figura 12- Ideologia de gênero I



Fonte: <https://visaocrista.com/ideologia-de-genero-conflitos-psicologicos/>, 2018

O sentido dessa noção tem mudado ao longo do tempo, e dia após dia vão se somando novas categorizações no intuito de causar o assunto mais nefasto, mais demonizado. Significantes como Deus, Criança, Família, Saúde, Segurança, Justiça, Estado, etc. estão sendo capciosamente trabalhados e articulados com as fundamentações de crenças particulares desses grupos o que gera maior pânico moral e inviabiliza a tentativa de diálogo. É muito comum se ouvir da boca e se ler nas postagens desses neo cruzados da moral cristã que os professores são pedófilos e que os políticos, que são quem sancionam as leis que chegam ao chão da escola, podem até ser ladrões ou manipular esse ou aquele

discurso dando vazão a posicionamentos violentos sob os mais variados matizes, mas pelo menos não querem enfiar um processo de sexualização goela abaixo nas nossas crianças.

Toda essa ofensiva que essas correntes religiosas neoconservadoras cristãs tanto do lado católico e/ou evangélico, são muito semelhantes e atualmente essa ofensiva goza inclusive de uma união desses movimentos. Coisa que a teologia e nem a espiritualidade logrou, as questões de disputa conceitual sobre sexualidade e gênero, lograram.

Figura 13 - Ideologia de gênero J



Fonte: <https://visaocrista.com/resolucao-proibe-psicologos-de-se-oporem-a-ideologia-de-genero>, 2018

Em suma, é terminantemente plausível falar que os discursos desses sites neoconservadores têm contribuído sim para construir um pânico moral em torno das questões de sexualidade e gênero na educação brasileira. Por que sendo a visão religiosa um grande alicerce para muitas e muitos educadoras/es, para políticas/os que criam e executam leis voltadas à Educação e como se sabe há uma ausência de material que ofereça o subsídio legal no que se refere à diversidade de gênero na escola, nessa lacuna de material teórico e metodológico a visão religiosa que é moralizante, ganha uma força que não se conseguirá ir contra, sem muita argumentação coerente e sem grandes pelepas, inclusive no âmbito do Direito, sujeitas/os (educadoras/es) à criminalização de todos os lados, seja pelos pais, pelas/os políticas/os que ouvem ou acompanham postagens de líderes religiosos com suas mais assombrosas justificativas da periculosidade da discussão, visando unicamente disputar quórum e, o status quo clerical e de suas instituições religiosas, sem a menor empatia às questões que envolvem saúde pública, entre outros problemas de acessibilidade que sofrem o público LGBT.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Louro (1997) afirma que o processo de “fabricação” dos sujeitos é continuado e geralmente muito sutil, quase imperceptível. Antes de tentar percebê-lo pela leitura das leis e decretos que instalam e regulam as instituições ou percebê-lo nos solenes discursos das autoridades (embora todas essas instâncias também façam sentido), nosso olhar deve se voltar especialmente para as práticas cotidianas em que se envolvem todos os sujeitos. São, pois, as práticas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banalizados que precisam se tornar alvos de atenção renovada, de questionamento e, em especial, de desconfiança. A tarefa mais urgente talvez seja exatamente essa: desconfiar do que é tomado como “natural”. (Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista, LOURO, p. 63).

Ainda Louro sobre o fato de a Educação estar implicada no processo de fabricação e construção dos sujeitos, independente da perspectiva que se vá assumir em meio a esse processo, afirma in verbis: “Gênero pode ser, pois, um conceito relevante, útil e apropriado para as questões educacionais. Pondo em xeque o caráter “natural” do feminino e do masculino, o conceito indica que há processo, uma ação, um investimento para “fazer” um sujeito “de gênero” (e não se duvida que a educação tenha a ver com isso). Por outro lado, nessa área, como ocorreu em tantas outras, os estudos e as práticas preocupados com tais questões concentraram-se, por muito tempo, exclusivamente, nas meninas e nas mulheres ou, em alguns casos, utilizaram, de forma muito limitada, o novo conceito, tomando-o como um mero substituto para o termo mulher e desprezando, assim, suas potencialidades analíticas mais radicais. (LOURO, 2002, p.229).

Com essas palavras desejo asseverar o desejo considerar as verdades presentes nos saberes daquelas e daqueles educadoras/es que sensíveis às questões coletivas, lançam mão de suas perspectivas pessoais para ingressarem na seara do padecer alheio, amparados de teorias que visam o exercício empático da descoberta da/o outra/o, sendo para ela/e um referencial de escuta e construção de outra(s) verdade(s) que lhe(s) possam servir de suporte no processo de construção e reconstrução de si mesmos, de se virem como sujeitos do devir, para além das visões unilaterais e viciadas por essa ou aquela visão que exotifica e torna o sujeito refém de estéticas e performances como que obrigados a se enquadrarem nos formatos plasmados dentro de algumas perspectivas culturais, religiosas etc.

Não é intento desconsiderar verdades contidas nesse ou naquele credo religioso. A escrita deste trabalho não soe como uma tentativa de desqualificar certas verdades históricas,

contidas nessas tradições religiosas, apenas deixamos claro que são verdades que podem ser afirmadas ou supostas, neste trabalho ou ainda submetidas a análise e questionamento por parte de quem lê-lo. Há um intenso afã de manter no processo da escrita o compromisso com uma perspectiva de verdade acadêmica, histórica, e que se antepõe a todo o processo de produção deste trabalho dissertativo. Não houve rechaço nem menosprezo a uma pretensa verdade acadêmica.

Não obstante, a experiência do processo de produção, assim como a análise do material proposto nos objetivos e acordados com meu orientador, com o intuito de avaliar os resultados dessas análises, questionando-os, pondo-os em prova, em nada alteraram a relação entre as verdades contidas nas tradições religiosas, antes nos revelaram a efetiva responsabilidade dos meios cristãos neoconservadores na criação do pânico moral em torno das questões sobre “ideologia de gênero” na educação e que muito do alvoroço que se criou em torno dessas discussões ou da falta delas, se deve ao conteúdo abordado e a forma como eles decidiram abordar. Enfatizamos que não é de nosso interesse formular verdade, mas o que sabemos sobre dados de LGBTfobia falam por si sós.

É muito mais um desejo de problematizar a noção que conservamos referentes a algumas verdades, especialmente aquelas ligadas ao campo religioso, que se misturam com o campo da teologia e as estruturas eclesiais que ocupam um espaço significativo na nossa compreensão e abstração das verdades. Não queremos, reiteramos, dizer ou (des) dizer verdades arraigadas nas relações afetivas e efetivas com cada segmento religioso específico mas questionar situações que, por causa da própria inviabilização das hierarquias religiosas se tornam adormecidas quando pensamos sobre o que outras perspectivas epistemológicas têm a nos dizer sobre pontos que algumas das tradições religiosas, especialmente as que legislam sobre questões de moral cristã, e como essa perspectiva, hegemônica é inserida na educação e sobre a educação que é marcada por essa perspectiva.

No afã de concluir este trabalho, embora saibamos que toda e qualquer conclusão, sobre esses pontos críticos e que sofrem alteração todo tempo, mediante novos sujeitos, novas problemáticas correlacionadas, será provisória, o que nos será possível, será pontuarmos que a educação não desempenha sua função no tocante às práticas educativas que atendam essa demanda da diversidade sexual e de gênero do público que precisa dessa orientação para além de visões religiosas unilaterais ou que desconsiderem esses sujeitos classificando-os com os termos de quem peca ou sofreu alguma maldição no contexto bíblico. Submetem-nos a árduos processos de aniquilamento, até nos virem por completo fora do espaço privilegiado à heteronormatividade que se constituiu a escola contemporânea.

Esse é o tempo de olharmos para essa educação que ao invés de libertar os sujeitos, os classifica mediante sua visão religiosa. Uma educação que nada tem de laica, de humana, mas é permeada de bairrismos e compulsoriedades. A educação parece cada vez mais distante daquela autonomia que deveria ser o pano de fundo da práxis docente e aquilo que deveria ser inculcado nas/os discentes. Precipita-se essas/es discentes para as gramáticas, para as enciclopédias a fim de aprenderem a naturalizar o ensino-aprendizagem. Se instaura a crise da comunicabilidade, o que há é um grupo que sob interesses escusos fala em nome de suas visões personalistas. É a cultura do “notório saber” dando os pressupostos de como agir no campo da educação, quando falta apropriação desse ou daquele conteúdo. Mas há igualmente no campo da educação, de um lado o público LGBT que plural e alegre, que mesmo sob reveses e violências brutais, resistem e é sua alegria, sua maneira de encarar a vida, seus percalços, que aliada à poética da palavra e o ímpeto da ação que se manifesta sua atuação política. E de outro lado, estão as/os educadoras/es, umas/uns integrantes desse imenso público LGBT, outros não – mas todas/os envolvidas/os com uma educação que não está baseada em dicotomias, com abordagens baseadas nas noções de culturas distintas que não negligenciam as variações de gênero nem de sexualidade, e que subvertem a forma como a educação tende a marginalizar e a tornar determinados corpos tidos por dissidentes, abjetos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, (50):e175001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n50/1809-4449-cpa-18094449201700500001.pdf>. Acesso em: 10/09/2017.
- ALTMANN, H. Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Revista Estudos Feministas**, 9(2):575-585, 2001.
- ALVAREZ, S. Feminismos Latinoamericanos. **Revista Estudos Feministas**, 6(2):265-285, 1998.
- BIRMAN, P. (org). **Religião e espaço público**. São Paulo: Attar, 2003.
- BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos LGBT**. Brasília, 2009.
- _____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Texto-Base da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, 2008a.
- _____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Anais da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, 2008b.
- BURITY, J. Trajetórias da religião e da modernidade: a narrativa histórica de uma objeção. **Estudos de Sociologia** (UFPE). V. 13, n. 1, p. 19-48, 2007.
- _____. Mídia e religião: regimes do real entre o mistério, o aparente e o virtual. **Religião e Sociedade**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 77-91, 2003.
- _____. Novos paradigmas e estudo da religião: uma reflexão anti-essencialista. **Religião e Sociedade**. v. 21, n° 1, pp. 41-65, 2001a.
- BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- CARRARA, S. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. **Mana**, 21(2):323-345, 2015.

COHEN, S. **Folk Devils and Moral Panics: The creation of the Mods and Rockers**. Reino Unido: Harper Collins, 1972.

CONE, J. **Risks of Faith: The Emergence of a Black Theology of Liberation**. Maryknoll, New York 1968.

DERRIDA, Jacques. “Et Cetera”. In **Deconstructions: A User’s Guide**. Ed. Nichoas Royle. New York: Palgrave, 2000, p.282-301.

FACHINNI, R. 2016. **Prazer e perigo: situando debates e articulações entre gênero e sexualidade**. *Cadernos Pagu*, (47):e164714, 2016.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas: Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FACCHINI, R; DANILIAUSKAS, M.; PILON, A.C. Políticas sexuais e produção de conhecimento no Brasil: situando estudos sobre sexualidade e suas conexões. **Revista de Ciências Sociais**, 44(1):161-193, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n47/1809-4449-cpa-18094449201600470014.pdf>. Acesso em: 20/02/2017.

FRANGELLA, R. Um pacto curricular: O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e o desenho de uma Base Comum Nacional. **Educação em Revista**, 32(2):69-89, 2016.

FERREIRA, C. B. C. e PARREIRAS, C. **Gênero e sexualidade no Brasil: balanços e desafios atuais** [online]. *SciELO em Perspectiva: Humanas*, 2017 Disponível em: <http://humanas.blog.scielo.org/blog/2017/06/27/genero-e-sexualidade-no-brasil-balancos-e-desafios-atuais/> [acessado em 15/07/2018].

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**. França: Gallimard, 1976.

FRAGOSO, S; RECUERO, R; AMARAL, A. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. Paz e Terra, 1996.

GUTIÉRREZ, G.; **Teología de la liberación. Perspectivas** (Lima: Centro de Estudios y Publicaciones, 1971; Sígueme, Salamanca, 1973; 1990, 14ª ed. rev. e ampliada; 1998, 19ª ed.).

HINE, C. **Ethnography for the internet: embedded, embodied and everyday**. Huntingdon, GBR: Bloomsbury Publishing, 2015.

_____. (ed.). **Virtual methods: issues in social research on the internet**. New York: Berg Publishers, 2005.

_____. **Virtual ethnography**. London: Sage, 2000.

HIRATA, H. e DEBERT, G. G. **Apresentação**. *Cad. Pagu* [online]. 2016, n.46, pp.7-15. ISSN 1809-4449. DOI: 10.1590/18094449201600460007.

Disponível em: <http://ref.scielo.org/vgvy6s>, [acessado em 22/06/2018].

JUNQUEIRA, R. D. **“Ideologia de gênero”**: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: como a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”. In: RIBEIRO, MAGALHÃES (orgs.). **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**. Porto Alegre: Ed. da FURG, 2017.

_____. **“Ideologia de gênero”**: a invenção de uma categoria polêmica contra os direitos sexuais. In: Marcelo M. Ramos; Pedro A. G. Nicoli; Gabriela C. Alkmin (orgs.). *Gênero, sexualidade e direitos humanos: perspectivas multidisciplinares*. Belo Horizonte: Initia Via, 2017. Disp.: goo.gl/JgyPzN. [acessado em 10/08/2018].

_____. **“Ideologia de gênero”**: um dispositivo retórico de uma ofensiva antifeminista. In: Alfrâncio F. Dias; Elza F. Santos; Maria Helena S. Cruz (orgs.). *Gênero e sexualidades: entre invenções e desarticulações*. Aracaju: Editora IFS, 2017. [acessado em 10/08/2018].

_____. **“Ideologia de gênero”**: uma categoria de mobilização política. In: Márcia Alves da Silva (org.). *Gênero e diversidade: debatendo identidades*. São Paulo: Perse, 2016. [acessado em 10/08/2018].

_____. **“Ideologia de gênero”**: uma invenção vaticana para uma retórica reacionária. *Revista de Psicologia Política*, São Paulo, número especial, 2018 (no prelo).

LAURETIS, Tereza de. **A tecnologia do gênero.** In: HOLLANDA, H. B. de. **Tendências e impasses.** O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LIRA, L. **Elementos Teopedagógicos Afrocentrados para Superação da Violência de Gênero contra as Mulheres Negras: Diálogo com a Comunidade-Terreiro Ilê Àşę Yemojá Omi Olodò e o acolhimento que alimenta a ancestralidade.** Tese (Doutorado em Teologia), Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2014.

LOURO, G. **O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade. pedagogias da sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. Corpo, Escola e Identidade. In: **Educação e Realidade.** n° 2, v.25, p.59-76, Porto Alegre, jul./dez., 2000.

_____. **Gênero, sexualidade e educação.** 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2004a (1. ed.: 1997).

_____. **Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria queer como políticas de conhecimento.** Texto apresentado no II Congresso da Associação Brasileira de Estudos de Homocultura (ABEH) realizado de 16 a 19 de junho de 2004c, em Brasília, DF, Brasil.

_____. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MATTSON, D. **Why I Don't Call Myself Gay: How I Reclaimed My Sexual Reality and Found Peace.** Ignatius Press, 2017.

MISKOLCI, Richard. CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 32, Número 3, Setembro/Dezembro 2017.

MOSER, A. **O Enigma da Esfinge: a sexualidade.** Petrópolis: Vozes, 2004.

MUSSKOPF, André Sidnei. A sistematização do pensamento teológico gay no Brasil, 2010. In: CALVANI, Carlos Eduardo (org.). **Bíblia e sexualidade** – abordagem teológica, pastoral e bíblica. São Paulo: Fonte Editorial, 2010.

OLIVEIRA, A. Os estudos culturais e a questão da diferença na educação. In: **Educação em questão**. Nº 20, v, 34, p. 33-62, Natal, abril, 2009.

OLIVEIRA, G. *Fides Quarens Internetum: a identidade evangélica brasileira no ciberespaço*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco. 2001.

OLIVEIRA, G. **Pluralismo e novas identidades no cristianismo brasileiro**. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2009.

OLIVEIRA, G.; OLIVEIRA, A.; MESQUITA, R. A Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe e a pesquisa em Educação. In: **Educação e Realidade**. Nº 4, v.38, p. 1327-1349, out./dez., Porto Alegre, 2013.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Caderno de orientações pedagógicas para a educação em direitos humanos: rede estadual de ensino de Pernambuco**. Andréa Íris Maciel Cardim [et tal.]. Recife: Secretaria, 2012.

PISCITELLI, A. e BELELI, I. Apresentação. *Cad. Pagu* [online]. 2016, n.47, e16470. ISSN 1809-4449. DOI: 10.1590/18094449201600470000.
Disponível em: <http://ref.scielo.org/3nccdd>, [acessado em 22/06 2018].

PISCITELLI, A. Apresentação. *Cad. Pagu* [online]. 2014, n.42, pp.7-12. ISSN 1809-4449. DOI: 10.1590/0104-8333201400420007.
Disponível em: <http://ref.scielo.org/r9yvg7> [acessado em 22/06/2018].

RUETHER, R. **Feminist theologies: legacy and prospects**. Berkeley: Fortress Press, 2007.

SANCHIS, P. O repto pentecostal à cultura católico-brasileira. In: ANTONIAZZI, A. **Nem anjos nem demônios. Interpretações sociológicas do pentecostalismo**. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **Catolicismo: unidade religiosa e pluralismo cultural.** São Paulo: Loyola, 1992.

SANTA ANA, J. **Ecumenismo e Libertação.** Petrópolis: Vozes, 1987.

SANTAELLA, L. **Navegar no ciberespaço.** São Paulo: Paulus, 2004.

SANTOS, B. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. In: **Reconhecer para libertar: Os caminhos do cosmopolitismo multicultural.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

VIANA, J. **O perigo da ideologia de gênero nas escolas.** 2016. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/o-perigo-da-ideologia-de-genero-nas-escolas/> [acessado em 22/06/2018].